

---Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, pelas vinte e uma horas e vinte minutos, no Complexo Escolar do Furadouro, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Óbidos;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de criação e de alteração das taxas relativas a venda ambulante, após consulta pública;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de recrutamento excecional de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal de dois mil e treze;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e doze;-----

---Ponto número seis – Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação – dois mil e doze, conforme previsto na alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro;-----

---Ponto número sete – Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de dois mil e doze, da Óbidos Criativa, E.M., para conhecimento;-----

---Ponto número oito – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e doze de onze de janeiro;-----

---Ponto número nove – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte e Carlos Alberto Rodrigues Zina, que faleceu.-----

---Como faltou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a mesma ficou constituída, nos termos de regimento, pelo Senhor Deputado José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, que presidiu aos trabalhos e pela Senhora Deputada Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário.---

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a ata número um, de vinte e seis de fevereiro do corrente ano, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.---

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Carta de justificação de falta à reunião de vinte e seis de fevereiro do corrente ano do Senhor Deputado André Felipe Freitas Duque; Cartas de justificação de falta à presente reunião dos Senhores Deputados Feliciano José Barreiras Duarte e da Senhora Deputada Joana Filipa Tavares Nunes, que foi substituída pelo Senhor Deputado Alexandre dos Santos Ferreira; Ofício do Município do Crato sobre pedido de intervenção / ajuda para defender o Poder Local, Portugal e as Populações. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs que fosse aprovado um voto de pesar e guardado um minuto de silêncio, pelo falecimento do Senhor Deputado Carlos Alberto Rodrigues Zina, Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa. Posto o voto de pesar à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. Foi guardado um minuto de silêncio em honra do falecido.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos propôs que fosse guardado um minuto de silêncio, pelo falecimento do Senhor Jorge Manuel Joia Valente, representante da CDU na Assembleia de Freguesia do Sobral da Lagoa. Posto o minuto de silêncio à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade. Foi guardado um minuto de silêncio em honra do falecido.-----

---Foi presente uma carta do Senhor Deputado Rui Miguel Matos Cosme Vargas Henriques, renunciando ao seu mandato por razões profissionais, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Floriano Rodrigues Almeida, elemento a seguir na lista do PSD, que aceitou o cargo e tomou posse do mesmo nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pensa que o quinto e o sexto ponto da ordem de trabalhos estão invertidos. Não tem lógica fazer a apreciação do relatório de gestão e contas, num balanço, e depois ir fazer a apreciação de um inventário, que consta desse balanço. Pensa que é preferível fazer primeiro a apreciação do inventário e, posteriormente, a apreciação e eventual aprovação do

relatório e gestão de contas. Propôs que se invertessem esses dois pontos, ou seja, passar para quinto o que está em sexto e passar para sexto o que está em quinto. Posta à votação, foi a proposta aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** - A Senhora Deputada Anabela Corado disse que a sua intervenção prende-se com um assunto que é quase, estritamente, da Freguesia de A dos Negros e tem que ver com a falta de médico de família. Sabe que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de A dos Negros já tomou algumas diligências, também, no sentido de tentarem regularizar esta situação. O que é certo é, que neste momento, quase mil e quinhentos utentes não têm médico de família. Gostaria de saber quais foram as medidas que a Câmara Municipal, apesar de ser uma competência do Ministério da Saúde, como está em causa o bem-estar da população, tomou, no sentido de colmatar, pelo menos, temporariamente, este problema. Há, também, quem diga que a solução deverá ser a deslocação dos utentes para Óbidos. Então aí terá que haver, ou uma reorganização do Obi, e na reorganização do Obi, terá que haver, obviamente, cuidado com os preços dos bilhetes, atendendo às condições sociais. A Freguesia de A dos Negros, geograficamente, é muito grande e o preço dos bilhetes não poderá ser muito excessivo. É pena que sendo a extensão do Centro de Saúde da Freguesia de A dos Negros, uma das primeiras a ser inaugurada, agora que se comemorou o vinte e cinco de abril e que pesaram tantos anos, estão a regredir, em vez de progredir. Outra questão que quer colocar é em relação ao posto de medicamentos. O que lá existe não é uma farmácia, mas chamam-lhe isso. É um posto de medicamentos. Por questões legislativas e de incompatibilidade não pode estar no mesmo edifício do serviço de atendimento clínico. Queria saber se, nas novas instalações, que estão a ser feitas, está previsto que o posto de medicamentos também transite para lá, ou não. Necessitou, numa segunda-feira, de ir ao médico. Dirigiu-se ao Centro de Saúde de Óbidos e teve que estar uma hora à espera que o Doutor que estava a consultar decidisse se queria, ou não, atende-la. É claro que acabou por ir a um médico particular, mas teve essa possibilidade e a maior parte das pessoas não tem. Nem têm possibilidades de deslocação, nem têm possibilidades de se deslocarem a Óbidos e estarem uma, ou duas, horas à espera. O que queria saber, em concreto, é o que é que a Câmara Municipal fez para colmatar esta situação.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa apresentou os parabéns à Vila de Gaeiras, que comemorou, no passado dia dezanove de abril, a elevação a Vila. Há doze anos que isso aconteceu e, portanto, gostaria de deixar os parabéns à Vila, para que todos possam ter conhecimento dessa homenagem, feita pelo PS.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado perguntou se existe, por parte do Ministério da Saúde, diretrizes, no sentido de encerrar a extensão de saúde de A dos Negros em definitivo, porque é um assunto que também é falado, mas só oficialmente é que podem ter a certeza das respostas.-----

---A Senhora Deputada Celeste Afonso disse que, obviamente, todos sentem o sentido desta crise. Todos sentem os problemas que vivem no dia-a-dia. Mas parece-lhe que a questão é como decidem viver este momento que atravessam. Lamentando e apontando o dedo, ou fazerem o que está ao seu alcance para atravessarem da melhor forma possível. Há dias, em entrevista, o Arquiteto Ribeiro Teles afirmava que o grande problema do país é a morte das aldeias, e tem razão. Contudo, se aceitarem os inúmeros convites, solicitações, que a comunidade lhes faz, e participarem nos seus eventos, percebem que, felizmente, as aldeias estão cheias de vida. Afirmam a sua identidade, apostam nos saberes locais. Se olharem, se participarem, notam, vivem, que as associações se mobilizam, recuperam espaços, organizam convívios e mostras culturais, ande atuam jovens, menos jovens, menos, menos jovens, os utentes do Centro de Dia, através do programa Melhor Idade. São pessoas bem-dispostas, alegres. É possível vê-los, em palco, a dançar, com um sentido de humor incrível, auto dominando-se os desafinados, ou não danço mais porque não posso. Assistiu a um desses espetáculos e foi, de facto, uma lição de vida. Emocionou-se com a lição de vida que eles lhe deram. Os ranchos do Concelho fazem atuações onde vai toda a comunidade. As Juntas de Freguesia organizam convívios, debates, saraus culturais. Os jovens, de forma organizada, são altruístas, querem afirmar-se, mas enquanto cidadãos ativos, conhecendo o seu passado, problematizando memórias, organizando exposições, obrigando a comunidade a questionar e a refletir. Ontem, tiveram na Vila, na Praça de Santa Maria, um concerto memorável, com as três bandas juntas, em palco. Em todos estes eventos, as salas, os espaços, estão cheios. Em todos estes eventos, estas iniciativas, veem-se rostos alegres, gente que, genuinamente, faz por e para que cada dia seja um pouco melhor. Em Óbidos, também neste aspeto, se vive a contemporaneidade. Uma das características da contemporaneidade é debater toda e qualquer fronteira. Ligar as ações de forma rizomática. É a isto que têm assistido. Óbidos é um rizoma das ações mais vanguardistas, que estão de mão dada com a terra, com os lugares, uma coisa autêntica. Autêntica, no sentido de ter um passado, de ter alicerces e de ter, também, um presente, que se vê, que se

sente. De facto não há presença sem autenticidade e sem passado. E a comunidade tem respondido de forma muito positiva a todos os estímulos dessa entidade, dessas memórias de lugar. Era frequente, até há algum tempo, terem um conjunto de eventos organizados pela aldeia x, pela associação y, mas raramente viam as associações, as Juntas de Freguesia, os particulares, a unirem-se em volta de um projeto comum. Um projeto como marca identitária do Concelho de Óbidos, independentemente de acontecer na Vila, ou num dos lugares do Concelho. É também isso que tem assistido nestes últimos meses, ao preparar os maios que este ano acontecem em três grandes momentos. Amanhã terão a grande noite dos maios e por isso convida todas as Juntas de Freguesia, através da população, todos os Deputados, todos os presentes, a participarem. Há algum tempo atrás convidaram as Juntas de Freguesia para uma reunião, para exporem o projeto e para que colaborassem naquilo que era já uma tradição, a ceia comunitária. Felizmente, a maioria respondeu ao chamado, esteve presente numa reunião e não responderam todas, obviamente. Estão a caminhar, estão no início de uma caminhada, há ainda um percurso, um caminho a percorrer. Mas muitos responderam e de forma muito positiva. Vão, amanhã, maiar a Vila, com uma ceia comunitária que é oferta de um conjunto de Juntas de Freguesia, como a Junta de Freguesia do Vau, que imediatamente disponibilizou pão, vinho e carne. A Junta de Freguesia de Amoreira respondeu, também, de imediato, assumindo os grelhadores e o carvão. A Junta de Freguesia de Gaeiras que, através de uma atitude muito bonita, convocou a sua comunidade para cozer o pão. Também há esta partilha, cozer o pão. É o pão feito pela comunidade, que irá ser servido. A Junta de Freguesia de São Pedro que vai apanhar as maias. A Junta de Freguesia de A dos Negros que não vai participar na ceia de amanhã, mas participará no dia dezoito, em A dos Negros, no grande espetáculo da Bona Dea. Não tiveram a resposta de todas as Juntas de Freguesia. O evento é só amanhã. Presume que algumas ainda vão dizer, positivamente, que sim, que ainda vão colaborar. Se não for possível, a Óbidos Criativa assume o que faltar para a ceia. Além de todos estes, têm os escoteiros que ajudarão a confecionar a carne, têm músicos locais, que animarão a noite, enfim. O que tem assistido, desde outubro, e têm tido reuniões com associações, com organismos, com entidades, com particulares, com o agrupamento, é que todos estão envolvidos, ou pelo menos, todos estão a responder muito positivamente a este chamamento, de enfeitar todas as fontes do Concelho de Óbidos, todos os fontanários, nos dias dezoito e dezanove. Têm grupos a particulares do Concelho, a trabalharem em conjunto para o grande espetáculo de A dos Negros. Não é na Vila de Óbidos, não é na centralidade, é em A dos Negros e têm ranchos folclóricos, as bandas, a academia de música, grupo de danças do Alvito, escoteiros, galeria Nova Ogiva, agrupamento, muitos particulares, que estão a trabalhar, de facto, em conjunto, não é lado a lado, é mesmo em conjunto, para que seja um grande espetáculo. Como se vê, esta é a contemporaneidade, esbateram-se as fronteiras, aqui está o rizoma. A Câmara Municipal apoiou este projeto desde o seu início, mas acima de tudo, este projeto tem de se afirmar como o projeto comunitário, feito pela comunidade, para a comunidade, perscrutando o seu passado e traduzindo no seu presente. É este o seu lema, é isto que tem estado a fazer. Isto porquê. Para que o futuro seja um futuro alicerçado em memórias, em identidade. Só assim, envolvendo todos desta forma, continuarão a ver e a experimentar o que começou por referir. Além da noite de amanhã, convidou, também, todos a estarem presentes no dia dezoito, em A dos Negros, para um grande espetáculo, onde cerca de duzentos atores, todos amadores, todos locais, atores no verdadeiro sentido daqueles que agem pela comunidade, para a comunidade, que se unem, onde todos vão atuar num espetáculo percurso. Este espetáculo percurso é de elevadíssima qualidade. Está a ser coordenado por uma pessoa que fez com que alguns fizessem trezentos quilómetros, para ir até Guimarães, assistir a este tipo de espetáculo, espetáculo com a comunidade. Os críticos, na altura, foram unânimes em dizer que eram espetáculos do melhor que estava a acontecer em Portugal, na Europa e no Mundo. Não precisam de ir tão longe. Santos da Casa também fazem milagres, dia dezoito, em Óbidos. Na altura, o Presidente João Serra dizia que o grande legado da capital europeia da cultura era a capacidade de pôr as associações a trabalharem entre si. Julga que é isso que está, também, a acontecer em Óbidos. É isso que têm estado a ver. Outro aspeto, que a deixa extremamente satisfeita, tem a ver com o projeto, mais do que projeto, já é uma realidade, Óbidos Vila Literária. É uma realidade com a Livraria de São Tiago. É uma realidade com aquilo que a maioria não vê, que são as novas dinâmicas de leitura no Complexo dos Arcos e em tudo o que está a acontecer. São os livros a invadirem a Vila, o que a deixa muito feliz. Ao longo destes três anos e pouco na Assembleia Municipal, tem ouvido frequentemente a questão do pôr em causa políticas de criatividade. Exigem-se resultados medíveis, quantificáveis, como se a criatividade, a dinâmica criativa, a dinâmica das indústrias criativas, tivesse que ser um produto, algo que surge como um produto vendável. São todas as políticas, as ações, os projetos, as iniciativas assentes na criatividade que estão na essência de tudo isto,

que acabou de referir. Há cada vez mais pessoas no Concelho que olham à sua volta, olham para si, e não vêem apenas o imediato, mas vêem o seu potencial. São cada vez mais os que olham para o Concelho e não vêem apenas um castelo, uma bela Vila, belas aldeias, boas praias, um projeto de apoio e incentivo à criatividade. Mas olham e vêem o potencial de tudo isto. E isto é a definição de criatividade. Olham, hoje, em Óbidos, para os idosos e vêem todo o seu potencial. Olham para as bandas, para as associações e vem o seu potencial. Olham para o património material e imaterial e vêem o seu potencial. Olham para as pessoas e vêem o seu potencial, Isto, hoje, é uma realidade imparável. Há mais quem veja do que quem olhe. O Concelho pulsa, fervilha de atividade, muita advir. Vive no Concelho onde quer viver. Não há outro onde se sinta melhor, do que este, onde hoje está. É neste Concelho, que lhe é hoje oferecido um conjunto de iniciativas, de ações, das quais quer, sem qualquer dúvida, fazer parte e ser parte integrante.-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que queria dar os seus parabéns à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Vereador Ricardo Ribeiro, pela feliz ideia que teve, de convidar as três bandas do Concelho para realizarem um concerto conjunto. Aconteceu ontem, na Praça de Santa Maria. Foi um momento único, muito bonito, protagonizado pelas três bandas do Concelho, pelas três associações. Inicialmente esteve envolvido no projeto, mas por razões pessoais, deixou de estar. Foi com muita satisfação que viu o culminar, que viu a alegria na cara das pessoas que participaram nele. Foram muito felizes no local que escolheram para os ensaios, o Complexo Escolar do Alvito. Foi o abrir de barreiras entre três associações. Se fosse há uns anos atrás, ainda hoje se estava a discutir onde é que se ia ensaiar, porque havia algumas dificuldades de relacionamento. Foi muito bom, foi muito importante. Deixou um reconhecimento à Óbidos Criativa. As três associações encararam-no com muita clareza, com muita franqueza e muita vontade. Três pessoas foram fundamentais no projeto. Devem estar de parabéns e se reconhecidas por todos, que foram os três maestros das bandas filarmónicas. Com certeza que repararam na faixa etária que compõem as três bandas do Concelho. Partindo do princípio que são financiadas, principalmente, pela Câmara Municipal e por receitas conseguidas no mercado medieval, há que dizer, seguramente, que a Câmara Municipal também pode estar descansada, porque as associações estão a gastar muito bem o dinheiro. Cento e quarenta e tal pessoas em cima do palco, seguramente oitenta com menos de vinte anos, julga que diz tudo. Em Óbidos, quando as pessoas se juntam e deixam o seu quintalinho de lado, as coisas até funcionam. Há muitos anos, fez-se algo parecido com os miúdos no futebol, que resultou muito bem. Desta vez fez-se com a música. Espera que sejam, realmente, exemplos para ficar. Só lhe resta fazer um pedido à Câmara Municipal. Continue a dar um empurrãozinho nestas coisas, porque, por vezes, o que as associações precisam é mesmo só de em empurrãozinho, par depois caminharem.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que se congratula com as palavras da Senhora Deputada Celeste Afonso. Acha que no plano cultural sempre votou favoravelmente. Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Gaeiras, pelo seu aniversário. É uma tristeza terem mudado de sala e não terem uma carteirinha para escreverem. Têm que escrever e ler em cima do joelho, lamentavelmente. É com tristeza que vê os idosos do Concelho a serem, de vez em quando, assaltados e ficarem de mãos vazias. A segurança do Concelho cada vez é mais frágil. Há pouco tempo foi assaltado um casal de idosos do Sobral da Lagoa, e isso entristece-o. Criou-se uma comissão de segurança, no princípio da Assembleia Municipal, e nunca foram chamados para nada. Isto é uma propaganda. Lembrem-se do significado do primeiro de maio. Lembrem-se dos trabalhadores que não têm trabalho. Lembrem-se dos trabalhadores que têm os filhos com fome. Lembrem-se que são os avós a dar de comer aos netos, infelizmente. O Concelho de Óbidos não é um mar de rosas, como fazem querer. Viu, na Gazeta das Caldas, há duas semanas, um anúncio, onde o Senhor Victor Mata, juntamente com a Câmara Municipal, estava preocupado com a falta de médicos em A dos Negros. Mas o mesmo problema ocorre no Concelho todo. No Centro de Saúde de Óbidos, também à falta de médicos. As pessoas vão para lá às cinco da manhã para marcar quatro consultas e depois os outros vão de mãos a abanar e têm que ir a privados ou ao hospital. Acha que a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer sobre isto. Quer saber qual é a posição da Câmara Municipal sobre este assunto. Acha que o serviço nacional de saúde é que é o responsável por essa situação. A Câmara Municipal não tem meios financeiros para contratar médicos. Não atirem areia para os olhos dos Munícipes, no fim de eles estarem com a corda na garganta. Não faz sentido estas situações todas. Gostava que vissem as condições de vida a que os Munícipes estão a ser sujeitos, com estas medidas economicistas, deste governo de gatunos. Espera que a Câmara Municipal não seja compatível com estas situações e que ajude os Munícipes a resolver esta situação. A Câmara Municipal não resolve o problema do saneamento básico. As bombas estão avariadas há um ano. Resolvam isso com

as Águas do Oeste. Mostraram-lhe garrações de água. Parece que foi tirada da corrente de água do chocolate, que nem para lavar a roupa dão. Perguntou a um Município como é que estava situação da água, tendo sido informado que já estava melhor. Debrucem-se sobre esta situação, porque é incrível, ao ponto que a Vila de Óbidos chegou, bem como as aldeias. O cancro que está nas estradas rurais. Buracos com quase meio metro de fundo na estrada dos Casais Brancos e noutros lados. As pessoas têm que se desviar, vem um carro de frente e batem. Depois quem é que é o responsável. Espera bem que com a campanha eleitoral arranjam uns tostões para resolver as situações de perigo. Nos Casais da Navalha, na Cova do Anselmo, colocaram uns ferrinhos e umas fitas, para advertir os condutores para não caírem no buraco, e não resolvem a situação. Tanto dinheiro que foi mal gasto naquela freguesia e noutros lagos, em coisas que estão inutilizadas, como os postes de iluminação. As calçadas que foram feitas frente ao salão da Capeleira. Aquilo estava alcatroado e devidamente arranjado. Tinha mais espeço para estacionar. As situações de extrema gravidade que deviam ser resolvidas, não se resolvem. Assim não.-----

---O Senhor Deputado Joaquim Carlos disse que a Freguesia de Usseira esteve representada na reunião sobre os maios, pela tesoureira, e também fez ofertas.-----

---O Senhor Deputado Hélder Mesquita congratulou todas as associações do Município. Deu os parabéns à União de Amigos do Olho Marinho, que fez, este mês, cinquenta e seis anos. Convidou todos para um evento a realizar, amanhã, no Furadouro, que vai ser a Taça do Furadouro, estando presente a equipa da primeira divisão do Sporting Club de Portugal, defrontando a União de Amigos, equipa de futsal da terceira divisão. Informou ainda, que no Olho Marinho, também têm uma pequena biblioteca de comunidade a funcionar. Conseguiram, há pouco tempo, que a Biblioteca Nacional desse cerca de seiscentos livros, novos e recentes.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço perguntou quando é que o Regulamento de Trânsito entra em vigor e se ainda está muito atrasada a sua publicação. O sistema de trânsito em Óbidos continua completamente caótico. Se a Câmara Municipal podia dizer, mais ou menos, quando pensa que entra em vigor, quando começa a funcionar e quando é que se podem comprar os dísticos, para haver ordem naquela terra e naquelas ruas. As bandas de música são sempre um dos maiores sentimentos das populações e, portanto, acha que aquilo foi formidável. Aquela análise que o Senhor Deputado Rogério Correia faz, de que é difícil juntar três bandas, muitas vezes onde há rivalidades que têm séculos, é correta. É de facto uma alegria, é uma satisfação. Cuidado com o problema da segurança. Mais uma vez se falou no problema da segurança. Quando houver um problema grave, nessa altura, toda a gente vai dizer que está a ser estudado um rigoroso regime, que já está o projeto praticamente feito e que vai ser aprovado na semana seguinte. É assim em Portugal. Tomem cuidado, porque há zonas em Óbidos e, certamente, também, pelo Concelho fora, onde a insegurança é muito grande. Assaltos à luz do dia, no domingo de Páscoa, em plena Vila de Óbidos, dispensa mais comentários. Foi assaltada uma senhora e foram-lhe roubadas as peças de ouro que trazia, todas, e isto foi à luz do dia.-----

---O Senhor Deputado José Botelho felicitou a Mesa da Assembleia Municipal pela iniciativa de os trazer à Escola do Furadouro. Estes simbolismos de pôr a Assembleia Municipal a reunir em espaços destes. Crê que todos já conhecem bem, por dentro, a escola. Quanto mais não seja, aqui estiveram na inauguração. É bom estarem numa daquelas que é uma das cem melhores escolas do mundo. Isso dá-lhe uma grande alegria. Felicitou a Senhora Deputada Celeste Afonso pela sua intervenção. Tem habituado a Assembleia a intervenções de fundo, de grande recorte literário. A última foi sobre a economia criativa. Da última vez era mais o conhecimento, o saber, a conceção de um projeto, ali muitíssimo descrito, com o recorte de grande elegância e de grande qualidade literária, que os tem habituado. Desta vez não. Desta vez não foi o conhecimento, foi o sentimento, uma prosa poética, um olhar e ver. Aquilo que ressaltou muito e ressalta, é também poderem ter olhado e visto da mesma maneira, mas tendo ouvido, também viram como ela vê, que os outros gostam tanto e ela, por isso, gosta tanto que os outros gostem tanto de viver aqui. Nesse sentido foi uma intervenção muitíssimo bonita. O apelo ao sentimento, da alegria, da felicidade, da participação, da simplicidade do mundo real. Foi um elogio bonito à alegria de viver em comunidade. Nos maios, faltou ali o cheiro, faltou o cheiro a rosmaninho, faltou o cheiro a alecrim. Quanto ao mais, nada mais faltou. Quanto aos maios, queria aproveitar a deixa desta recuperação, desta retoma, deste reavivar das tradições muito antigas, mesmo no sentido da raiz que as coisas têm na ligação à terra, destas comemorações, da força do brotar da primavera, que aqui são tradicionais, que tiveram já muita força. O feriado municipal já foi nesta altura, ou pelo menos o dia do Município, porque os feriados municipais são, relativamente, muito recentes. Isso também suscita a reflexão de saber se não valeria a pena fazer essa reflexão sobre o sentido atual, nesta contemporaneidade que vão buscar à ancestralidade, e até que ponto,

nessa contemporaneidade da vida das comunidades rurais, não seria bom pensar-se, ou refletir-se, sobre o feriado municipal estar a onze de janeiro, ou estar a um de maio. Exatamente por essa celebração ancestral e pela ligação telúrica à vida da natureza, sobretudo, e vegetativa, muito, que os maios lhes trazem. A comemoração do onze de janeiro é uma comemoração muito de museu, muito de uma data posta, a comemorar um acontecimento grande, mas é muito pouco vivido. É assinalado como uma data passada. Não tem o sentido vivo que a força da natureza e dos maios tem. Deixava só essa nota. Podiam pensar nisso. Podiam refletir sobre se estão a comemorar as memórias, e aqui são as memórias que continuam vivas na terra, e essas estão aí, sempre a brotar todos os anos, no um de maio. Congratulou-se com o novo projeto, que na semana passada ganhou forma e vida, que é a rede de livrarias que o Município agora se empenhou. É uma oportunidade fantástica de dinamizar, não só aquele espaço. A questão da Igreja de São Tiago era sempre uma questão difícil, porque é um espaço central, na centralidade do centro histórico, é um espaço grande, que é o que falta no centro histórico e que estava, completamente, desativado. Era uma pena. Era preciso devolver-lhe vida e atividade. Esta nova atividade que vai ser dada aquele espaço, vai ter grande sucesso. Pelo que se apercebeu, não se trata apenas de uma livraria em São Tiago. Trata-se de uma livraria modelo, com todos os títulos disponíveis, editados em Portugal. E trata-se de uma livraria num conceito mais alargado de rede, e num conceito de animação literária, e num conceito de animação cultural. Faltava aqui um foco permanente. Têm focos que não são ocasionais, porque não são de vez em quando, são regulares, são calendarizados, existem. Um foco permanente, sem interrupções, sem dias de calendário definidos, mas sempre, faltava. Agora depende da capacidade daqueles que meteram ombros a esta aventura e a capacidade que têm é testada, é provada, por realizações muitíssimo boas que fazem em Lisboa. Portanto, é de esperar que aqui esse sucesso também venha a acontecer e seja um contributo que irá acrescentar, e muito, à vitalidade literária e, sobretudo, cultural, na Vila de Óbidos.-----

---A Senhora Deputada Celeste Afonso pediu imensa desculpa à Freguesia de Usseira, que esteve presente desde o primeiro momento, com resposta afirmativa, e tem estado ao lado do evento.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que está muito contente por estar na escola da Amoreira. Acha que foi uma proposta boa que foi feita, de fazerem rotatividade, em vários locais do Concelho. É, certamente, útil para todos. Crê que o feriado municipal foi durante muitos anos comemorado no um de maio e depois é, já na década de cinquenta ou sessenta, ao que julga saber, que passou para onze de janeiro. Parece-lhe uma boa sugestão e se calhar até vem ao encontro de uma tradição que vinha muito detrás. Secundando o que disse o Senhor Deputado Rogério Correia, o evento foi, de facto, um evento extraordinário, ao que lhe foi relatado. Infelizmente não lhe foi possível estar presente. Significa muito as três bandas serem capazes de estar em palco e unidas. O final, com os três maestros, acha que é absolutamente notável. Regozijaram-se com isso e também com as informações que a Senhora Deputada Celeste Afonso aqui lhes trouxe, relativamente à tradição dos maios e ao espetáculo de A-dos-Negros. A questão da livraria, como é evidente, é um polo cultural e, certamente, que a experiência de ler devagar, trazida para Óbidos, deverá ser um forte incremento ao desenvolvimento local. Isto são notas muito positivas e refletem, naturalmente, o envolvimento das pessoas, o envolvimento das comunidades, o envolvimento das associações. É uma nota muito positiva, que se tem que sublinhar. A última nota prende-se com o aumento do desemprego no Concelho de Óbidos. Como sabem, isso já foi dito e explicado aqui, os números que o Instituto de Emprego regista não são taxa de desemprego. Quem calcula a taxa de desemprego é o Instituto Nacional de Estatística. Portanto, nem todos os desempregados estão inscritos no Instituto de Emprego. Os números que o Instituto regista são, por defeito, os números do desemprego. Mas infelizmente, entre março do ano passado e março deste ano, passaram de quinhentos e oitenta e oito desempregados, para seiscentos e quarenta, no Concelho de Óbidos. Esta é uma nota de uma imensa preocupação. À que inscrever isto nas nossas preocupações. A Assembleia Municipal também serve para isso. Se calhar têm que repensar a forma como as economias criativas, que têm, certamente, impactos positivos no desenvolvimento local, podem, ou não, potenciar, ou desenvolver, a criação de postos de trabalho. Sem criação de postos de trabalho, sem ocupação dessa gente, muito dificilmente darão a volta ao texto, muito dificilmente conseguem ter um verdadeiro desenvolvimento local. É esta nota que quer deixar, com uma imensa preocupação, que pensa, será partilhada por todos.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que as pessoas vêm fazer queixa que às cinco horas da tarde, as casas de banho públicas estão encerradas. Isto aconteceu na Semana Santa. As pessoas fizeram fila à porta das casas de banho e as mesmas estavam fechadas. Ao menos que metessem lá um funcionário e

pagavam umas horas extraordinárias. Se calhar houve dinheiro mais mal gasto do que nessa situação. Substituíram a laje à entrada da Vila, mas a que está à frente da farmácia continua na mesma, continuando pessoas a cair. Vejam se arranjam uma laje para lá.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que tanto ela, como o Senhor Presidente da Junta, várias vezes alertaram aqui para a necessidade da requalificação da albufeira do Arnóia. Uma vez até o Senhor Presidente da Junta falou e mostrou-se pouco contente com o facto de haver determinadas obras de requalificação que eram para ser feitas, mas nunca foram feitas. Ela própria alertou várias vezes para a poluição da zona da albufeira, que continua. Acontece que, para grande tristeza sua, foi confrontada no passado domingo, não neste, no anterior, com uma reportagem na SIC, em que mostrava a barragem do Arnóia, tal e qual como a da Sobrena, por exemplo, como um mau exemplo de gastos de dinheiros públicos. Numa das sessões em que substituiu o Senhor Vereador José Machado, questionou, na altura, o que estava previsto para se fazer com a barragem. Na altura, responderam-lhe que a Câmara Municipal queria, e andava junto do IDRHA a fazer alguma pressão, assumir o resto da obra e completar a mesma, porque o estado não tinha dinheiro. Neste momento continua sem nada por fazer. Foi-lhes apresentado um projeto com um Plaza completamente megalómano e utópico, onde, na albufeira, quase até dentro da sua casa, apareciam uns veleiros e uns navios imensos. O certo é que continuam sem fazer nada. O Senhor Vereador Humberto Marques disse que estavam perante um elefante branco. No fim de tantas promessas, de tantas questões que foram colocadas por si e pelo Senhor Presidente da Junta, continua tudo, exatamente, na mesma. Água poluída, bichos, mosquitos. O que poderia ser um espaço agradável e de lazer, porque vão para ali muitas pessoas durante o fim-de-semana, acaba por ser um espaço desagradável e sem qualquer tipo de utilidade. A Câmara Municipal já apresentou várias soluções possíveis, inclusive a construção de bares e restauração à volta da albufeira. Quer saber, concretamente, se neste momento existe, ou não, algum plano para a requalificação da albufeira do Arnóia. Além de tudo o mais, houve muitas pessoas que ficaram sem o seu meio de subsistência, porque os terrenos foram expropriados. Uma vez que as pessoas foram expropriadas, despojadas do seu rendimento, que nunca mais vão auferir, pelo menos que haja algum reflexo positivo desta situação e desta atuação.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal saudou a Mesa por ter acedido ao pedido de fazer, em cumprimento de uma recomendação da Assembleia Municipal, nestes espaços. Procuram, com estas ações, demonstrar que são mais do que escolas. São centros onde acontecem muitas outras atividades. São jovens a fazer desporto no pavilhão, a Assembleia Municipal a reunir e amanhã, às oito horas, terão aulas. É toda uma vida que por aqui passa. É importante também, que as instituições, os organismos que representam o Município e as freguesias possam estar neste edifícios, que certamente, consideram como verdadeiros ex-líbris daquilo que o Concelho tem feito e está a fazer. Notou que a maioria das preocupações incide sobre problemas que são da exclusiva competência da administração central. Falou-se em segurança, saúde, desemprego e até na requalificação da barragem, que não sabe o que isso quer dizer. A barragem do Arnóia está construída desde dois mil e cinco. Há muitas décadas que o Concelho ambicionava este investimento. A barragem é um investimento hidroagrícola, que faz parte, é uma fase, de um conjunto de outros investimentos, embora esses outros investimentos tivessem sido prometidos desde dois mil e cinco. A barragem não foi inaugurada porque estavam em campanha eleitoral. Passado um mês foi eleito um novo primeiro-ministro. Todos os Ministros da Agricultura, todos os Secretários de Estado e todos os gestores do PRODER, prometeram financiamento para as fases seguintes, as redes de rega, uma rede de caminhos, a regularização fluvial, etc.. A rede de caminhos foi a Câmara Municipal que a fez, noventa por cento está concluída a expensas do Município de Óbidos. A regularização fluvial é feita por intervenções no Rio Arnóia, o principal rio, a expensas do Município de Óbidos. A rede de rega tem um volume muito mais significativo. Têm apresentado soluções mais económicas, mais baratas e, inclusive, o Senhor Vice-Presidente tem-se batido por uma solução, para ver se as coisas se concretizam, através de um modo, em que o Município será o dono da obra, com o PRODER a financiar, mas não o financiamento inicial de cerca de quarenta milhões, que os engenheiros do Ministério da Agricultura identificaram, mas fazer isso por muito menos. O Município tem feito tudo o que pode fazer. Não pode fazer mais. O Município não tem capacidade, não tem autorização para fazer estas obras agrícolas, sem haver intervenção, aqui, do Ministério da Agricultura. Nas matérias que dizem respeito à segurança, têm tido uma atitude de procurar disponibilizar, claramente, todos os meios à autoridade que em Óbidos regula e às várias autoridades que têm competência em matéria de segurança. No caso da segurança policial têm uma articulação boa com a Guarda Nacional Republicana. Gosta de ver estas evoluções, preocupações, temas, trazidos à Assembleia Municipal, embora ache que a Comissão Municipal de

Segurança possa trabalhar e possa ser acionada. Ela não tem que ser desencadeada pelo Presidente da Câmara. A Comissão Municipal tem autonomia, até para convocar o Presidente da Câmara e as forças de segurança, que têm as verdadeiras competências. Não necessitam de estar à espera que o Executivo faça aquilo que, no fundo, é o trabalho da Comissão Municipal. Gosta de ver preocupações de segurança, porque partilha dessas preocupações. Seria muito bom que a CDU mostrasse, publicamente, como evoluiu. A última vez que se lembra de ouvir alguma coisa de alguém que representa a CDU neste Concelho, foi num comunicado, na Gazeta das Caldas, a ser completamente contra o projeto de videovigilância que o Município tentou implementar no centro histórico, e que por outras razões, não foi implementado. Viu, por parte da CDU, uma clara oposição, nem sequer conhecia o projeto, nem estava elaborado, mas foi a única força partidária que, antes de tempo, veio claramente mostrar oposição a uma estratégia de segurança de pessoas e bens, que é fundamental, sobretudo no sítio onde se atrai mais pessoas. Espera que esta intervenção mostre uma evolução por parte dessas oposições, que, a seu ver, não são acertadas e não dão coerência aquilo que são, no fundo, preocupações de todos. Estão a tentar perceber o que é que está a acontecer, do ponto de vista do dispositivo, e em que medida é que podem melhorar as ações que possam, no futuro, ser feitas. Sobre matéria de saúde, ou duas, ou três, intervenções. Elas falavam, sobretudo, sobre o caso de A-dos-Negros. O caso de A-dos-Negros é um caso paradigmático, porque há muito tempo que sentem que a vontade de ter um sistema policêntrico, como têm no Município, não é tão acolhido quanto isso. O Município tem feito um conjunto de investimentos em redes de centros de saúde, descentralizados, em nome dos vinte e sete por cento de população idosa, que o Município tem. Essa leitura foi feita e continuaram, não contrariaram esse modelo. Quando chegou à Câmara Municipal, uma das coisas mais gravosas que existia, era um pré-fabricado, onde funcionava um centro de saúde e chovia lá dentro. Lembra-se que em março o Dr. Fernando Correia, responsável pela saúde no Concelho, lhe telefonou a dizer que os médicos não iam trabalhar. Não há condições, a população está em polvorosa, assim não pode ser. Mais uma vez quem é que veio resolver o assunto. O Município de Óbidos construiu um centro de saúde, cem por cento financiado a expensas das finanças municipais. Construíram esse centro de saúde do Olho Marinho e depois conseguiram usá-lo como moeda, para verem se faziam um novo na Amoreira. Foi assim que as coisas aconteceram. Tinham péssimas condições em A-dos-Negros, foram fazer um centro de saúde sem nenhum tipo de apoio, em termos de fundos comunitários, e arrancaram com uma obra, uma obra emblemática, uma obra de arquitetura. Construíram um centro multisserviços com instalações para um novo centro de saúde. Veio agora, em vésperas de inaugurar o centro de saúde em A-dos-Negros, dizer que poderiam não ter, no futuro, aquele serviço, como sempre tiveram naquela freguesia. O Município reagiu e reagiu com rapidez, com energia e com determinação. Se for preciso pagarem os médicos, pagam os médicos. Se for preciso fechar alguma coisa e deixar de gastar noutros sítios, deixam de gastar noutros sítios. Não podem assistir, impávidos e serenos, à deterioração da condição social, onde se incluí a assistência médica, pública, gratuita, às pessoas que vivem nas aldeias. O modelo de ordenamento do território é baseado em aldeias fortes. Não querem enfraquecer as aldeias. Este edifício que aqui está, este investimento poderoso que aqui está e que durará para muitas décadas e para muita gente, está aqui para dar força ao Olho Marinho, ao Vau, ao Sobral da Lagoa, à Amoreira, e às terras que estão aqui mais próximas. O Senhor Vice-Presidente, o Vereador Ricardo Ribeiro não têm feito outra coisa, senão andar em reuniões. Em reuniões com o Aces, em reuniões com a ARS, a prometer o que nunca ninguém prometeu. A comprometer-se, com o seu apoio, com aquilo que nunca ninguém foi capaz de se comprometer. Ouviram do Vice-Presidente da ARS uma coisa inédita. É que nunca nenhum Município na região de Lisboa, alguma vez se propôs compartilhar a despesa dos profissionais de saúde do serviço nacional de saúde, nestas condições. Aquilo que fizeram foi assumir, com coragem, com determinação e com responsabilidade, em nome do modelo que estão a defender. Se acharem que é um disparate, digam, porque a Câmara Municipal não é nossa. Na sua visão, esta é uma prioridade. Lamenta muito o que está a acontecer, sobretudo, porque sabe que a questão da saúde é a questão mais importante de todas. Quando se candidatou à Câmara Municipal, mandou fazer uma sondagem, mas não mandou fazer a sondagem sobre quem é que ia ganhar as eleições. Mandou fazer uma sondagem para saber o que é que as pessoas pensavam. Em dois mil e um sabia o que é que as pessoas queriam. E as pessoas elencam a questão de saúde como a prioridade das prioridades. É muito mais importante que ter estradas e até ter buracos tapados. Poderia refazer, outra vez, essa situação de consulta. Iriam ter as mesmas respostas que sempre saem nas sondagens qualitativas. Tem imensa pena que, de facto, o país tenha caído num buraco muito maior que o meio metro, que o Senhor Deputado Custódio Santos falou. É um buracão. Um buracão de tal maneira, que estão a pagar uma fatura



complicada, através de áreas como a saúde e como o desemprego. Gostou da intervenção da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, porque fez uma intervenção sintética e pareceu-lhe que, pela primeira vez, não veio associar ao tema do desemprego, responsabilidades do Município. Achou que foi uma intervenção, que foi apenas para inscreverem nas preocupações. Retira dali um alerta e uma mensagem de preocupação genuína. Hoje estão com muitos desempregados inscritos e muitos outros que não estão inscritos, foi sempre assim. Se calhar têm mais de mil desempregados, não são seiscentos. Esses são os que estão inscritos. Neste país, existe uma teoria, que é os desempregados terem de estar inscritos. Os desempregados só podem, até, ter benefícios, depois de penarem x meses. É uma regra. Seis meses. Para uns setores é quatro e parece que agora há umas medidas que já descem até aos três meses. Depois de estar três meses a passar fome, pode ser que tenha direito a subsídio. Diz passar fome, no sentido de que é a miséria das misérias e é a espécie de oficialização do estado de penúria em que as pessoas têm que viver. Mesmo que quiserem recrutar uma pessoa que esteja desempregada, tem que estar inscrita para poder ter o apoio. Os apoios são bons e não há país como o nosso para dar tanto apoio à economia. Apesar de depois ter estas programações e estas regras todas. É uma economia assistida, muito programada, mas é muito apoiada. Muitas das vezes não valorizam o país que têm, nem o QREN que têm. Não valorizam as medidas que existem para apoiar pagamentos de salários, apesar dessas regras e de algumas não serem ajustadas ao momento que estão a viver. Para que é que precisam de tantos organismos para fazer essa avaliação? Será que com tanta evolução eletrónica, não podiam simplificar tantas coisas dessas? Em termos de políticas ativas, há uma mensagem a retirar daqui e que se inscreve, por exemplo, na oferta eleitoral que aí vem. Se aqueles que se candidatam acham que o modelo de trabalho não é o de concentrar as suas atenções principais, nomeadamente os Presidentes da Câmara, refere-se, sobretudo, a candidatos principais nos territórios, independentemente de estarem em Óbidos, ou não, a sua prioridade, não é dedica-la a estas questões, acha que não estão a perceber o que é que está a acontecer. Esta evolução não vai parar aqui. Isto não vai parar nos seiscentos oficiais. Dificilmente o sistema vai absorver-los. Temos seiscentos e não temos empresas que os vão buscar, como é que faz. Têm uma despesa, todos os meses, que considera preciosa, que é uma técnica, de uma terra bem perto, que faz o apoio aos desempregados e aos empregadores no Concelho e articula com o Instituto de Emprego. Fazer aquelas candidaturas é uma coisa horrível. Para que estas coisas não se percam, fazem esse financiamento. Têm uma técnica que faz esse apoio às políticas de emprego no Concelho. Criaram os sistemas de incubação para incentivar, com rendas muito baixas e têm lugares em que as pessoas não tem de pagar nada, quem quer trabalha. Recebe pessoas que estão desempregadas e tenta convencê-las a criar emprego. Acha que, cada vez mais, isto é função de um Presidente da Câmara, não é de um técnico. Acha que, cada vez mais, um conjunto de pessoas nas autarquias e nos serviços tem que ser chamado para tentar encontrar soluções para as pessoas. Porque as pessoas não precisam que alguém lhes transmita, apenas, o que é que a legislação tem, carrega, ou como é que se faz uma candidatura. Para isso têm técnicos bons, no Instituto de Emprego, ou que se podem encontrar para fazer isso. O que precisam é de desenhar estratégias. Quando estão aqui a falar de economia criativa, das redes internacionais onde andam, é porque estão todos na Europa à procura de soluções, de instrumentos, de saber que políticas é que cada um tem. As que não tiverem e que outras têm trazem para cá. As que têm e os outros não têm, levam para lá. Isso são as redes. Foram, agora, convidados para uma rede chamada Creative Spin, que tem um conjunto de cidades muito importante na Europa, e foram convidados porque fizeram com sucesso uma rede, lideraram uma rede de Urbact sobre a criação de Clusters Criativos, precisamente fixação e criação de condições para que o empreendedorismo, dentro da economia criativa, possa nascer do zero. É isso que está a acontecer em Óbidos. Se acham que fazer setenta ou oitenta contratos em três anos não é um sinal de uma tendência de que são capazes. Se fizerem isto sempre e outros Concelhos fizerem isto, podem ser uma região muito forte do ponto de vista da economia criativa, porque têm um património lindíssimo, com recursos humanos lindíssimos e estão próximos da capital. O que diz é experiências, políticas locais de apoio, terem cada vez mais equipas que se disponibilizam para isso. Abriram um projeto chamado COLAB, por cima da farmácia. Basicamente estão a colaborar e têm pessoas que ajudam pessoas a encontrar inovação para os seus negócios. É um co-work, um espaço aberto e vai gente lá de todo o lado, a maioria são desempregados. Começou a perceber, nas últimas semanas, que vão mais desempregados ao co-work do que vão à técnica que apoia os desempregados clássicos. Vão retirar a técnica do gabinete e vai começar a trabalhar no co-work. Também vai trabalhar no co-work, periodicamente. Vão ver o que é que vai acontecer. Têm que engrossar e dar importância a estas coisas e descobrir novas formas. Se alguém tiver aí uma solução mágica para resolver o problema do desemprego,

faça o favor, que agradece e divulga. Estão mais do que preocupados, estão concentradíssimos em achar que este é o grande problema. Este é o problema número um da economia. Não há economia assente no modelo de desemprego, ou num modelo em que o desemprego é, de facto, o comando desse espaço. Daí a preocupação, a obsessão, pela riqueza nos últimos anos, atrair investidores, apostar numa agricultura que fosse capaz de se diferenciar, de exportar, de estar organizada, de ser boa, de ser capaz, a aposta no turismo, e este terceiro vértice do triângulo dourado que é, claramente, a questão da economia criativa. Quanto mais desemprego houver, quanto mais crise houver, quanto mais situação de dificuldade houver para as empresas, porque desemprego significa que há um problema nas empresas, as empresas revelaram-se incapazes de vingarem no mercado. Quanto mais isso existir, mais têm que revitalizar o tecido empregador. É a única forma. É na revitalização do tecido empregador que terão, também, capacidade de fazer alguma coisa de vital. Os jovens não podem sair da universidade para tirar um emprego, para criar emprego. Não é para arranjar emprego, é para criar emprego para ele e para outras famílias. Têm que espicaçar o empreendedorismo nas pessoas. A capacidade de risco e o país tem qualidade para isso. É altamente competitivo para isso. Andamos todos os dias a dizer que somos os piores e que não vale a pena investir em Portugal. Até podiam dizer que houve alguns que diziam que era melhor investir lá fora, ou ir para o estrangeiro. Realmente têm razão, é uma infelicidade. Às vezes esquecem o que têm à frente. Se calhar fazia muita falta a muitas pessoas ir lá fora para ver como é são as outras economias, para perceberem as condições que têm. Talvez aí, essa perceção, aumente esta avaliação. Com os recursos humanos que temos, o pessoal que temos para trabalhar, a força de trabalho que é o que sai da educação em Portugal e é espetacular. Recebem milhões de euros do QREN, têm medidas que apoiam, não sabe quantos meses e quantos anos, as pessoas que querem trabalhar, de todas as idades. Podiam melhorar na fiscalidade, que é péssima. Tirando isso, acha que têm hoje condições para dar a volta às coisas e o Município está concentrado nisso e tem esta visão do assunto. A rede de livrarias não está constituída. Vai ser constituída. Hoje, o que existe é esta ideia. O Município tinha uma visão que foi construir uma livraria com fundos comunitários fazer uma grande livraria na Igreja de São Tiago, e depois fazer uma concessão. Desistiram da concessão e resolveram não dar o espaço à exploração e ficarem, dentro do protocolo que têm com a paróquia, com o espaço. Acha que está à vista de todos ter uma livraria naquilo que foi há vinte e cinco anos um auditório, entre outras coisas, que é algo com muito mais força cultural, mais prestígio e que honra a arquitetura e até a história e a tradição do edifício. Estão a fazer uma rede de livrarias e querem abrir essa rede no dia dezanove de Maio. Mas antes a Câmara Municipal irá apreciar um acordo que vão estabelecer com uma associação que foi criada para esse efeito e que é uma associação que visa convidar todos aqueles que se interessem pelo projeto a entrar dentro do projeto. Pessoas de Óbidos, instituições de Óbidos. A Autarquia não quer ser o ator com quem está no mercado. É claro que não vendem livros, não lidam com os editores. Essa não é a principal função. A principal função é desenhar projetos para acontecer coisas que animem a economia, para que mais empregos possam ser criados, para que mais pessoas possam visitar e dar sustentabilidade económica a todo o processo. Irão regular, dar regras a essa relação, naquilo que são os espaços do Município que serão ocupados. Espera que muitos espaços de outras instituições, privadas, misericórdia, outras organizações possam entrar. Não é um projeto do PSD, não é um projeto do Presidente da Câmara, é um projeto para a Vila, é um projeto para o Concelho inteiro. Querem ganhar a cultura em Portugal. Querem ganhar as pessoas. Querem que todos os dias, que todas as semanas, que todos os meses, quem edita um livro tenha um lançamento em Óbidos, ou que possa fazer parte da estratégia, periodicamente, daquilo que vai acontecendo nessa coisa tão importante que é pôr a cultura dentro de um livro. Isso é algo que, naturalmente, dará um posicionamento extremamente importante e no qual não deixa de se orgulhar por estar a contribuir para a concretização dessa rede de livrarias, que não terá donos. Qualquer pessoa que queira abrir uma livraria não tem que ler devagar, como foi referenciado numa intervenção. É preciso alguém que tenha esse sonho, essa ambição, não há nenhum impedimento, a que pequenas pessoas, ou pessoas que tenham o seu projeto de especialização, venham enriquecer, engrossar, esse grande projeto. Está certo que isso vai acontecer no futuro. A primeira intervenção da noite será a primeira intervenção da noite. Foi a intervenção da Senhora Deputada Celeste Afonso. Ela recebeu palmas, ele não vai ter palmas. Ela recebeu palmas, porque ela as mereceu. Foi espontâneo, porque aquilo que ela disse é algo que merece aplausos. A Senhora Deputada Celeste Afonso foi convidada por ele para ser candidata à Assembleia Municipal, porque era uma professora de grande qualidade, era uma pessoa por quem muitas mães, muitos jovens, tinham grande admiração, pelo trabalho que ela faz, pela ligação que ela tem aos jovens. Conhecia mal, mas bastava-lhe para lhe dar uma oportunidade, para que ela reconhecesse,

também, a nossa realidade. E que melhor lugar lhe poderiam dar senão a Mesa da Assembleia Municipal. Tem que escrever as atas do que todos dizem aqui. Se existem queixas dos horários da Assembleia Municipal, com a ajuda dos técnicos, ela é a Secretária da Assembleia Municipal e, portanto, é ela que lavra, para a história, aquilo que aprovam aqui, através das atas. Mas mais fundo do que isso é perceber o que é a alma do Concelho. A alma do Concelho é exatamente aquilo que ela disse. O desenvolvimento comunitário. Concorde com o que disse o Dr. João Serra, não teve o orçamento, que ele felizmente teve, para descobrir isso. Descobriram isso em Óbidos. Hoje, falou-se de um concerto de três bandas. Foi a primeira coisa que quis fazer quando foi eleito Presidente da Câmara. Juntou as três bandas no palco da casa da música. Foi simbolicamente, o fim de rivalidades patéticas, que eram mais trazidas pelo futebol, do que por outras coisas. Abriram um caminho de desenvolvimento comunitário que está à vista. O orgulho com que saiu das Gaeiras e de ter estado a conversar com os jovens e de perceber como os mesmos, há dez anos atrás, tinham dez, doze anos, não tinham consciência do que ia acontecer, estão a agarrar as oportunidades todas. Que orgulho todos têm que sentir. Eles vão para a faculdade, tiram engenharias, arquiteturas, esses cursos todos, mas regressam, por via do trabalho comunitário que está a ser feito. Compram casas noutros sítios, mas continuam a vir aqui. Jovens que temos, de topo, e que vão ser grandes profissionais na vida nacional. Estão todos a ligarem-se à sua terra, todos a ligarem-se às associações, todos a ligarem-se a projetos que existem, como esse grande projeto que é o mercado medieval, que é um grande cacho, onde muita gente se liga e vai desenvolvendo muita coisa durante o ano. As galas que se fazem, esse mega projeto de voluntariado, que fazem durante o verão, são os expoentes daquilo que acontece o ano inteiro de trabalho e de desenvolvimento comunitário. Há quanto tempo não houve falar numa crise de direção, falta de pessoas para a direção. Não têm tempo de ir a todo o lado. Não têm capacidade para responder, neste momento, à agenda que não é produzida a partir da Câmara. A outra agenda na qual a Câmara os chama para dar um palco, um apoio, etc., porque essa vida foi feita, foi construída. Se é resultado de uma política de uma década a investir, que longe vão aqueles regulamentos iniciais e aqueles pequenos apoios que são por ano, que já ninguém fala, porque hoje os meios estão tão conhecidos e são tão apetecíveis que, de facto, as coisas acontecem. Que bom foi ouvir a Senhora Deputada Celeste Afonso aqui, vir fazer uma intervenção e vir fazer também um convite de um projeto, que se tem esforçado para não ter intervenção do Município. É preciso provar que a sociedade civil tem gente com muita capacidade. Ela foi modesta quando disse que não era preciso ir a Guimarães, porque o que vai acontecer em A-dos-Negros é do melhor que aconteceu em Guimarães, Não é igual. É do melhor que aconteceu em Guimarães, porque têm profissionais em A-dos-Negros que estiveram em Guimarães. Fazem parte desta noção que vem aí, que a criação contemporânea passa por isto, pelo desenvolvimento comunitário. O futuro do Concelho passa por isso, continuar a ter isto muito ativo. Não desvalorizam. Não pensem que essa coisa das bandas é uma coisa gira, que as pessoas das aldeias gostam, porque hoje, o que é a agenda é a capacidade dos eventos. Já não é a contratação, é a oferta do espetáculo, é fazer parte do espetáculo. Esta espécie de performance que se faz, podem ter raízes nas tradições, como esta, só revela que também estão ligados a uma coisa muito forte que existe na comunidade, que o entusiasmo muito, que é nunca pôr de lado as tradições. Parece que é assim uma contradição, tradição, criação contemporânea. Mas elas são compatíveis. Estão a fazer um caminho e a Senhora Deputada Celeste Afonso está a fazer um grande trabalho. É mais do que uma Deputada Municipal. Está a fazer um trabalho cívico dentro da comunidade espetacular, e só têm que aplaudir. Obrigado Celeste. O regulamento de trânsito está pronto. Vai para publicação. O que se passa, neste momento, é uma questão operacional. Os sinais de trânsito estão todos a ser preparados. Quando tiver tudo pronto o regulamento é publicado, porque o mesmo diz que entra em vigor quinze dias depois. Se não há sinais, a bota não bate com

a  
perdigota.-----O

Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Presidente da Câmara referiu-se aos comunicados da CDU, sobre a videovigilância. O Senhor Presidente da Câmara sabe que estava perante uma ilegalidade. Não sabe se ele pactua só com ilegalidades. Gostava de saber quais eram os custos dessa videovigilância no centro histórico e se isso teria impacto também nas aldeias. Não sabia que os comunicados da CDU tinham assim tanta força.-----

---Como não ouve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – **ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ÓBIDOS**: - Presente o ofício da Comissão de Coordenação e

Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, número três mil seiscentos e setenta e nove, de nove de Abril de dois mil e treze, solicitando a designação do representante desta Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que esta eleição de um representante na Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal já foi votada. Acha que os representantes da maioria, no Concelho, não estão em condições de resolver assuntos do Plano Diretor Municipal. Propôs a integração de representantes de todas as forças políticas, na Comissão.-----

---A Senhora Vereadora Rita Zina disse que este assunto já foi apreciado na Assembleia Municipal, há algum tempo atrás. A Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM teve que ser publicada de novo, porque grande parte das entidades que a compunham, foram extintas, e outras foram objeto de fusão. Ao ser publicada uma nova lista de entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento do processo de revisão do PDM, todas elas tiveram de nomear um representante. Assim, como está aqui a ser proposto à Assembleia Municipal, também foi à Câmara e também foi a todas as entidades que agora integram a Comissão.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que a votação foi há bastante tempo e foi o Senhor Deputado José Capinha que ficou. Nunca mais souberam nada disso. Agora não estão a compreender. É uma questão puramente administrativa? Há algum relatório do que foi feito para trás. Parece que estão agora a partir do zero e, certamente, não estarão.-----

---A Senhora Vereadora Rita Zina disse que não estão, de facto, a começar do zero. O processo de revisão do PDM tem alguns momentos obrigatórios, nomeadamente, quatro reuniões plenárias desta Comissão. Dessas quatro reuniões plenárias, completaram três. O facto de agora terem que nomear um novo representante, e todas as entidades terão que o fazer, tem apenas que ver com aquilo que explicou. Houve entidades que desapareceram, houve entidades que foram extintas, outras foram objeto de fusão. Têm uma nova listagem de entidades e cada uma delas tem que nomear um novo representante. É apenas uma questão administrativa. Não é nada o reinício do processo, nem é qualquer problema em relação a qualquer um dos nomeados como representantes.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a proposta, que a seguir se transcreve: “Ponto dois da Ordem de Trabalhos – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Óbidos – Relativamente ao conteúdo do ponto referido em assunto, e dando continuidade ao que tem vindo a acontecer, propomos o nome do membro José Carlos Ribeiro Capinha.”.-----

---Como não houve mais intervenções, passou-se à votação secreta da proposta, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, um voto nulo, três votos em branco e dois votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---**PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO E DE ALTERAÇÃO DE TAXAS RELATIVAS À VENDA AMBULANTE, APÓS CONSULTA PÚBLICA:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil quatrocentos e sessenta, de vinte e um de março do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de criação e de alteração de taxas relativas à venda ambulante, após consulta pública.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que chegou à conclusão que a sessão de hoje não é tão dramática como de costume. Chamou à atenção para que foi publicada a lei vinte e sete, barra treze, de doze de abril, e que o regulamento que está em vigor terá que ser modificado. Lá estão outra vez na mesma. A lei exige que se passe a ter um formulário eletrónico e que se publique na internet os sistemas de cartões de venda ambulante e que os custos sejam aprovados por uma portaria do membro do Governo, em trinta dias. Há uma série de modificações que esta lei nova veio impor à lei que regula as feiras e as vendas ambulantes. Portanto, talvez o Senhor Presidente da Câmara tenha aqui uma boa oportunidade de fazer o que fez da outra vez, que retirou da ordem de trabalhos este ponto. Vai ter que, em breve, remodelar isto tudo e remodelar esta lei. Parece-lhe perfeitamente desfasado, sem culpa nenhuma da Câmara, porque atravessou-se-lhe esta lei em cima, quando, naturalmente, já estava a elaborar este plano de taxas para apresentar aqui. É da opinião que isto devia ser, talvez, retirado da ordem de trabalhos, porque vai-se exigir uma série de modificações. O problema dos regulamentos é muito grave. O que se traz aqui são uma série de categorias especiais e isto não pode ser. No artigo cinquenta e oito, com as alterações que fazem às alíneas c) e d), criam-se uma data de situações, de autorizações especiais. Estas autorizações especiais, designadamente no que consta na alínea d), tem quatro categorias de autorizações. Não há aqui um critério uniforme. É conforme lhes apetece, porque se é flores, é de uma maneira, é um

valor, se é taxas aplicadas nos eventos organizados pela empresa municipal, é outro valor. Tudo isto tem por base um critério que não está definido, que é perigosíssimo. Relevante interesse para qualidade de vida da população, ou excecionalmente, interesse para o Município. O que é isto? Isto não é nada de concreto. Não é possível fazer uma lei assim. Ainda por cima taxar os cidadãos com base em critérios destes, subjetivos, e não concretizados, nem concretizáveis. É por isso que discorda deste regulamento. Por estes dois motivos, não concordam com ele.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria saber se também iam ser taxados os vendedores de imagem que estão, todos os dias, expostos. Pelo carnaval, essas pessoas tinham que se identificar, para poderem entrar numa diversão. Aqueles vendedores de imagem que estão lá a pedir, ninguém sabe quem são, porque entram e saem mascarados. Queria perguntar se a Autarquia sabe quem é que eles são. Se eles estão a visionar as pessoas que entram e saem. Se estão a fiscalizar. Não acredita que estejam ali só para levar a moedinha. Acha que há algo mais atrás dessa situação. Está ali a infelicidade de certas pessoas. Alguns não estão tão mal quanto isso, porque estacionam os carros em determinados sítios e saem e entram mascarados. Gostava de saber quem são. Ou se a Câmara tem conhecimento.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que sobre algumas questões, mais em concreto, deste ponto, que estão a analisar, é após consulta pública. A Assembleia Municipal já se pronunciou. A Câmara já se pronunciou. Houve consulta pública e houve agora a fase final desse processo. Quantas leis quer o Senhor Deputado João Lourenço, que têm esta técnica jurídica, que não sabe se é boa ou má, por não ser concreta. O regulamento tem aqui uma função de lei municipal. Este órgão legisla, criou este regulamento. Neste regulamento entendeu que deveria reservar ao Município a possibilidade de casos que não são previsíveis, poderem ter resposta favorável. Talvez seja esta veia da criatividade e deixar algum espaço para que coisas que não conseguem saber, possam também acontecer e possam ser confrontados por elas. Pensa que o Senhor Deputado Custódio Santos se refere a alguns artistas que fazem atuações na Porta da Vila. Só passaram a ter, porque ficaram na geografia dos sítios interessantes. Essas pessoas só vão para os sítios interessantes. Não há aqui nada. Essa suspeita e essa insinuação que está a fazer de que podem ser pessoas perigosas. Não conhece nenhum. Não se vai comportar como se estivesse na União Soviética.-----

---A Senhora Deputada Rita Zina disse que o Regulamento Municipal de Venda Ambulante, que foi revisto pelo Município, foi aprovado pela Assembleia Municipal a vinte e quatro de maio de dois mil e doze. Depois disso foi preparada então a proposta de adaptação do regulamento de taxas, para se conformar com o regulamento que foi aprovado. É essa proposta de taxas que agendada para esta Assembleia Municipal, ainda antes de ter sido publicada a lei vinte e sete, barra, dois mil e treze. Esta lei vem alterar aspetos fundamentais no que diz respeito ao comércio a retalho com carácter não sedentário. Aplica-se à venda ambulante e aplica-se, igualmente, às feiras. Traz algumas alterações bastante importantes, como por exemplo, relativamente à venda ambulante. Vai deixar de ser competência da Câmara Municipal a emissão de cartões de autorização para venda ambulante. Essa autorização para o exercício da venda ambulante vai ser adquirida através de uma comunicação prévia feita na Direcção-Geral das Atividades Económicas, a nível nacional. Será válida para todos os Municípios em território nacional e será válida, igualmente, para todos os países da União Europeia. Esta lei vem estabelecer condições de igualdade para o exercício da venda ambulante, a todos os detentores destas autorizações, quer seja nacionais ou de outros países da União Europeia. Estas taxas que estão a aprovar resultam de um trabalho anterior. Todo o trabalho que foi feito fez-se anteriormente à publicação desta lei. Vai, de facto, se for agora aprovado, ter uma duração muito curta, porque a lei entra em vigor a doze de maio. A partir de doze de maio deste ano, há um prazo de cento e oitenta dias para revisão do regulamento e aprovação de um novo regulamento. Há grande parte desse trabalho que é aproveitado. O que vai ser eliminado do regulamento que aprovam de venda ambulante, vai ser tudo o que diz respeito à emissão dos cartões de vendedor ambulante. Mas tudo o que diz respeito aos locais onde essa venda é permitida, aos horários, às condições em que a venda deve ser feita, tudo isso se manterá. Estas taxas não vão desaparecer todas, porque a lei também prevê cobrar taxas pelo direito de exercer a venda ambulante em determinados locais.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que não conhecia esta lei. Os esclarecimentos dados pela Senhora Vereadora Rita Zina vão neste sentido. Isto não vai mudar muitas coisas, como elas eram praticadas cá. Aprovaram o regulamento da venda ambulante e atividades afins há um ano e as taxas para licenciamento da venda ambulante passa a ser central. Aí, crê que nunca foram dadas licenças, ou poucas, e essas acabam. Naquelas que dizem respeito aos sítios fixos, a Câmara tem essa competência para cobrar

taxas e, relativamente a todos os outros, quer a esses, quer aos outros, mantém as competências para disciplinar horários e os lugares em que aquilo é feito e o modo em que é feito. Assim sendo, aproveita-se desta proposta aqui posta, aquilo que diz respeito aos sítios fixos, que são aqueles que têm mais importância. Estar a protelar no tempo a aplicação em vigor destas taxas é mau do ponto de vista da receita do Município. Poderiam aprovar este regulamento, parte dele vai cair, no sentido de algumas disposições ficarem revogadas por esta nova lei, que dizem respeito apenas e só às taxas da venda ambulante sem mais, mas o certo é que aquilo diz respeito à disciplina do seu exercício, o lugar, o tempo, o modo, em que isso é feito, continua a ser matéria Municipal e já está regulado. As taxas aplicáveis à venda ambulante em sítios fixos, essas vão entrar em vigor e não irão ser revogadas. Aproveitar-se-ia aprovar a taxas que vão entrar em vigor e não vão ser revogadas e deixar que as outras sejam naturalmente revogadas pela lei, enquanto se prepara uma adaptação deste regulamento a estas novas regras. Aquilo que é mais de fundo, que é o modo de exercício, o tempo, os horários e os lugares são da competência do Município e podem ser aprovados. Aquilo que respeita à emissão das licenças e à cobrança para os sítios fixos, interessa bastante aprovar, porque entraria em vigor e, portanto, o Município poderia exercer essas competências, que são suas, e não estaria aqui num período transitório, mais do que aquele que já correu, desde que aprovaram o regulamento, o ano passado.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço perguntou se a Câmara não retira a proposta. É que isto é uma manta de retalhos, mesmo na tese do Senhor Deputado José Botelho. Quer que fique aprovado uma parte, aproveitar o que está. Também não quis a destruição completa do regulamento. Há muita coisa que se aproveita. É completamente desfasado estar a aprovar uma coisa que já se sabe que daqui a algum tempo vai desaparecer. Não faz guerra nenhuma. O que era mais sensato era fazer o que fez na outra sessão. Atendendo a que isto tem que ser tudo modificado, tudo não diz, mas grande parte modificada, então vai para estudo outra vez, recolhe, não é nada de mal. Mas isso fica ao critério da Câmara.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de criação e de alteração de taxas relativas à venda ambulante, após consulta pública, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, um voto contra e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – **APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE POSTOS DE POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL DE DOIS MIL E TREZE**: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e vinte e nove, de dezanove de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de recrutamento excecional de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal de dois mil e treze.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que tendo presente o parecer que fundamenta esta proposta e apesar da identificação das necessidades de recrutamento e do mapa de pessoal ser, de facto, da competência do Executivo, ele tem que vir à Assembleia Municipal, para que se possam pronunciar. Tendo em conta o parecer que vem fundamentar esta proposta, estar devidamente elaborado e justifica juridicamente a necessidade e o cumprimento das regras que estão estabelecidos para que se possa efetuar a abertura de um, ou dois, concursos públicos, não lhes parece estar justificada a necessidade excecional da Câmara de fazer estas duas contratações. Há que ter em atenção, que neste momento, para além de estes dois concursos se vierem a produzir. Estão em curso três outros procedimentos concursais, que pretendem admitir quatro trabalhadores. Tendo em conta, também, que neste momento as carreiras da administração pública estão divididas em três grandes áreas, como sabem, que são os assistentes operacionais, os assistentes técnicos e os técnicos superiores, permite uma mobilidade de serviços de trabalhadores, dentro da mesma área. Deverá, sempre, tanto quanto possível, recorrer-se à qualificação ou à formação de trabalhadores que possam vir a desempenhar as funções necessárias, porque não se podem esquecer que a Câmara tem um compromisso assumido aquando do plano de ajustamento financeiro e que versa sobre a redução significativa dos encargos com o pessoal. Se tiverem em conta que apesar da empresa municipal e a Câmara terem despedido cerca de cinquenta funcionários, portanto, despedimentos aqui, que obviamente, também têm em conta a não renovação dos contratos a termo, mesmo assim os custos com pessoal, suportados no ano de dois mil e doze, vão em cerca de cinco milhões de euros. Tendo também presente que a Câmara, neste momento, tem trezentos e vinte e um funcionários e a empresa municipal quarenta e sete, que faz trezentos e sessenta e oito, o Município de Óbidos é um dos que tem mais funcionários, proporcionalmente à população. Há que perceber que esta redução de funcionários que ocorreu e que, tendencialmente, irá ocorrer ainda mais, até porque no número médio, em termos etários, não se prevê, a curto prazo, reformas. Tendo em conta os cinquenta funcionários que deixaram de

pertencer aos quadros, quer da Câmara, quer da empresa municipal, talvez tenho sido a Câmara uma das empresas, se quiserem chamar-lhe assim, que mais contribuiu para o desemprego no Concelho de Óbidos. Não é muito gratificante ter isso em conta. Por tudo isto verificam e têm alguma preocupação relativamente à abertura destes dois procedimentos concursais.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que ficou um bocadinho baralhado, não tanto com aquilo que disse, mas com a orientação política que poderiam retirar da intervenção, ou com a definição política sobre como fazer em matéria de recursos humanos. Por um lado, acha que a Câmara tem um elevado número de funcionários, mas, por outro, acha que não está suficientemente fundamentado abrirem concurso para funcionários, mas por outro, também contribuíram, por não renovar contratos a termo, por não dar sequência, com o fim desses contratos, à criação desses postos de trabalho, dizendo que o Município contribuiu para o desemprego. Ficou com esta ideia e pediu para se explicar melhor. Perguntou se tinham muitos, ou poucos, funcionários.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que, comparativamente com outros concelhos, o Município de Óbidos e a empresa Municipal tem mais funcionários por habitante. Já têm trezentos e sessenta e um funcionários, neste momento. Aquilo que se propõe é que se continuarem a aumentar o número de trabalhadores que têm no Município, não vão conseguir cumprir o plano de ajustamento financeiro a que o Município está obrigado. Mais contratações agora, no curto prazo, vão dar maior desemprego no futuro, porque vão ter que reduzir o custo de pessoal. Aquilo que parece que é uma má orientação política, neste momento, o não querer contratar, no médio prazo, ou no curto prazo, vai ser relativamente bom, porque não vão ter que despedir mais. Não está a fazer política, está a falar em números em situações que se calhar têm que não admitir tantas pessoas agora, para prevenir uma situação futura.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que têm aqui situações tão evidentes e que fazem tanta falta, como fiscalização municipal. Está a falar de coisas concretas e não de fazer comparações que são relativamente artificiais. O índice da população, versus número de funcionários do Município não diz nada. Se o estabelecer em função da despesa, ou da capacidade de receita, qual é o peso dos funcionários, acha que é um argumento credível. Estão abaixo dos trinta por cento. Não lhe parece que isso seja uma coisa assim muito preocupante, para uma entidade que presta serviços. Fundamentalmente é o que o Município faz, presta serviços. A sua função não é mecanizável, é feita com recursos humanos. Fazer esta discussão e comparar, por exemplo, com Peniche, com Caldas, com Bombarral que são Municípios que não têm sequer funcionários da educação como o Município de Óbidos tem, que tem cem, e que recebe por isso, também, é desviar e fazer uma comparação completamente errada. Gostaria de, mais uma vez, lembrar que são o único Município da região que recebeu os funcionários que estão aqui, que trabalham nesta escola. São funcionários do Município, mas que pertenciam ao Ministério da Educação. Aceitaram-nos, quiseram-nos e ainda queriam mais, no caso dos professores. Mas nesta matéria, isto é claramente uma orientação política. Ache que não há razões para as pessoas ficarem preocupadas quando estão a falar de vinte e nove por cento. Mesmo com o aumento, andavam abaixo dos vinte, há uns anos atrás, hoje estão abaixo dos trinta, mesmo com o aumento de cem funcionários, porque a receita também acompanhou isso. Apesar dos tempos conturbados que o país vive, e de haver muitos cortes de receitas próprias, têm uma robustez em que o peso dos vencimentos é equivalente a vinte e nove por cento da despesa. Têm imensas empresas que têm o quê, quarenta, cinquenta, sessenta por cento, algumas noventa por cento, prestadoras de serviços, do peso dos funcionários, no conjunto das suas despesas. Acha que a análise correta deve ser essa. Senão, também lhe dizia que o Município que está a seguir a Óbidos, em investimento per-capita, anda abaixo dos duzentos euros. Óbidos anda acima dos setecentos euros per-capita, e estão no topo, a nível nacional, são dos Municípios que mais investe per-capita. Seria uma estratégia, se isso fosse uma coisa muito interessante, nunca aumentar a população, ter sempre menos pessoas e aumentarem o investimento. Mais isso vale aquilo que vale. Mas muito menos comparar Municípios que têm realidades completamente distintas. O que é mais evidente é a questão da educação e da aposta. Também não podem dizer, por um lado, aprovamos a orientação que é dada na educação e o caminho que se tem feito, mas depois, quando se chega a esta parte que é os recursos humanos que estrutura todo o trabalho da educação, dissermos que não é avisado continuar por aí. Preocupava-se era se tivesse quinhentos, seiscentos funcionários e continuar a não fazer absolutamente nada pela população, a não ser pagar salários a funcionários municipais, como vê nalguns municípios. Quando diz, absolutamente nada, nada que acrescente resposta social às suas populações.-----

---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro disse que a determinada altura ficou um pouco baralhado com a intervenção da Senhora Deputada Ana Sousa. Do ponto de vista de candidaturas ao QREN, o Município

de Óbidos é o quarto com maior investimento a nível nacional per-capita. É um número muito interessante, tendo em conta a dimensão do Concelho e o investimento, quer do setor público, quer do setor privado. Para estas funções em particular, no caso do fiscal municipal, o que a lei determina hoje é que para se designar um fiscal municipal é preciso que ele tenha um curso específico, ministrado, neste caso, em Coimbra. Não basta apenas a figura da mobilidade, é preciso que haja formação específica nesta área, em particular. Foi isso que o Município fez, através de uma candidatura ao POPH. Desde setembro último estão dois colaboradores do Município a ter esta formação, que será concluída no próximo verão. A partir daí e, obrigatoriamente, porque a lei assim o determina, terão de abrir concurso para essa mesma função. Não basta apenas designar, é preciso que haja abertura formal do concurso, para que as pessoas possam desempenhar esta função, em particular. O concurso que está a decorrer para quatro pessoas, está numa fase terminal, está em audiência pública, para reclamação dos interessados. Todos estes concursos, todos estes quadros estão cabimentados, estão no orçamento, não acrescentará despesa ao orçamento de dois mil e treze, uma vez que foi previsto e foi proposto a esta Assembleia Municipal, no final do ano passado, abrirem estes concursos, porque de acordo com aquilo que a lei determina, reúnem todas as condições para que o possam fazer, depois de consultadas todas as entidades competentes, para assegurar que tinham condições para o fazer. Reunidas estas condições e o facto de a Câmara Municipal necessitar de ter pessoas nestas duas funções, em particular, para que possam continuar a fazer um bom serviço à população, é que manifestaram interesse imprescindível para abertura destes concursos. Solicitou que os mesmos fossem aprovados.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa perguntou se neste momento não é possível abrir recrutamento interno. Tem que ser abertura de concurso externo. Se tem que ser interno, porque é que não pode ser de uma forma, ou só de outra.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que se falou da questão da aparente pouca relevância que ao nível das finanças municipais de Óbidos, as despesas com pessoal acarretam. Perguntou se no acordo que foi assinado pela Câmara Municipal com o Governo, relativamente ao PAEL, se estão, ou não estão, negociados termos de redução de despesa relativamente aos custos com pessoal, e se sim, em que termos.---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro disse, em relação aos concursos fechados, ou concursos abertos, que dos colaboradores que têm em formação, há colaboradores que fazem parte do mapa de pessoal da Câmara Municipal e têm colaboradores a fazer o curso, que não fazem parte do mapa de pessoal, ou seja, são contratados. Para que possam garantir e abrir a oferta a todos aqueles que estão interessados em se candidatar, entenderam por bem fazer um concurso público aberto, para que toda a gente possa concorrer. Do ponto de vista da mobilidade, independentemente, do concurso de mobilidade ser um concurso interno fechado ou aberto, pelo facto de não haver ninguém com esta categoria no Município, obrigatoriamente teria que ser feito concurso.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara acha que há uma certa confusão em termos de PAEL, do Programa I e do Programa II. Há um programa, que não é esse onde Óbidos está inserido, que tem vínculo a todas as medidas, inclusive de aumento de impostos. Óbidos não está nesse rol. Óbidos, obviamente, que colocou no seu plano de ajustamento financeiro, medidas da redução da despesa. Lembrou que aprovaram o plano de ajustamento financeiro, antes da apresentação do orçamento geral do estado de dois mil e doze, cujo orçamento veio alterar, significativamente, por exemplo, essas rubricas dos recursos humanos. Lembrou, também, que o chumbo do Tribunal Constitucional, veio alterar, também, determinadas medidas. Queria deixar uma mensagem de tranquilidade, sem estar aqui demasiado focalizado no PAEL, porque há outras medidas que podem mitigar esta questão. Por outro lado, há outras medidas do lado da receita, sem castigar novamente a população, que este Executivo terá a capacidade de colocar em cima de mesa. Faz-se um bocadinho de drama sobre esta questão, quando não há razão objetiva, como podem ver depois na prestação de contas de dois mil e doze, para estarem aqui a procurar qualquer similitude com aquilo que se está a passar no país. Quem dera a todos os portugueses, que o caso do país fosse parecido ao caso de Óbidos.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de recrutamento excecional de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal de dois mil e treze, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – **APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA APROVAÇÃO – DOIS MIL E DOZE, CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA**



**E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO-A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO:**

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e vinte e oito, de dezanove de abril do corrente ano, remetendo para apreciação, o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação – dois mil e doze, conforme previsto na alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da lei número cinco-A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

---A Senhora Deputada Ana Carvalho disse que em dois mil e onze, foi feito um inventário, inventário esse bastante inflacionável. Foram chamados à atenção por causa da inflação do valor deste património. Houve agora uma retificação de quarenta e sete milhões. Gostavam de saber qual é a credibilidade dos rácios face a esta desvalorização, devido a esta retificação.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que a credibilidade é total.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que não foram os Senhores Deputados que chamaram à atenção para a inflação do valor do património. Foram os revisores oficiais e contas, que em sede de revisão de contas de dois mil e onze, no âmbito da prestação de contas que chamaram à atenção para isso. Foi exatamente no âmbito dessa prestação de contas que aparece no relatório de prestação de contas de dois mil e onze, uma chamada de atenção para o valor do património estar, de facto, com um valor elevado. Mas a questão mais importante que é levantada nesse relatório de gestão é as taxas de amortização para investimentos que tinham sido feitos, nomeadamente, a rede de água e saneamento, rede viária, que tinham taxas de depreciação de trinta e três por cento. Ou seja, queria dizer que dentro de três anos não tinham rede viária, ou o valor do património da rede viária era quase zero. Comparativamente com outras Câmaras, em termos nacionais, estavam a aplicar taxas brutais. Foi exatamente nessa medida e acolhendo aquilo que era a análise dos revisores oficiais de contas que voltaram a pedir à entidade externa que fizesse, não uma revisão, mas uma retificação, analisando com mais pormenor, nomeadamente, estas rúbricas, que acabou de falar, do que resultou que os valores que aplicaram nesta primeira fase, objeto de apreciação em dois mil e onze, foram valores de mercado muito anteriores à crise imobiliária que existiu. Verificados muitos dos concursos públicos que haviam feito ao nível de águas e saneamento, rede viária, a própria entidade teve oportunidade de verificar os preços do mercado. Fez essa correção. Para além dessa correção, procurou utilizar aquilo que eram as taxas previstas da SIBES para fazer essa aplicação de acordo com o valor de depreciação visual que tinham em relação aos bens em causa. Estão a falar apenas de cinquenta e quatro artigos. Chamou à atenção que não houve aqui o Deputado A, ou o Deputado B a chamar à atenção. Quem chamou foram os revisores oficiais de contas e que acolheram.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que é evidente que ficam contentes que a avaliação patrimonial seja mais consentânea com aquilo que é a realidade. Se houve necessidade de rever e se teve que baixar o valor em quarenta e sete milhões, ainda bem que agora se reflete aquilo que é a realidade. Não está a tirar mérito ao ROC, nem está a tirar mérito nenhum à Câmara Municipal, mas eles próprios chamaram à atenção para aquilo que era uma evidente inflação da avaliação patrimonial da Câmara, que foi feita tardiamente e houve, de facto, ali alguma ligeireza na forma como as coisas foram feitas, eventualmente justificável. Também tiveram esta preocupação e alertaram para esta situação. Espera que não se tenham esquecido.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que esta questão não tem nada a ver com a credibilidade. A pergunta que lhe foi colocada foi sobre credibilidade.-----

---Não havendo mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – **APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DOZE:** - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e trinta, de dezanove de abril do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e doze.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que quando foi a aprovação do orçamento votou contra. Vai continuar a votar contra, porque este não é o orçamento da CDU. O orçamento para o Concelho de Óbidos tinha de abranger o saneamento básico, tinha que resolver a situação de carência de água potável e acabar com as canalizações podres em fibrocimento. Este não é o orçamento da CDU.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que neste ponto e no seguinte iriam analisar as contas e os números e, com certeza, debater-se-ão muitas questões técnicas e políticas, que terão o seu devido debate

nesta Assembleia Municipal. Há uma questão que se devem ligar, não tanto aos números e até à designação que é apresentada nestes quadros, que é a seguinte. Quando olham para os custos e as perdas, associam a algo, que do seu ponto de vista não é um custo, nem uma perda, é sim um investimento e é o que os Municípios recebem. Quando olham para os proveitos e os ganhos, neste caso, do Município, é muitas vezes, na ótica do Município, o que eles perdem, porque são os impostos que pagam. Portanto, o que cabe ao Município e aos Deputados aqui é verificar que essa eventual perda que os Municípios entendem como a sua entrega dos impostos, e que muitas vezes, todos, de uma forma muito popular, entendem como um dinheiro que não nos serve, é aqui neste Executivo e é aqui, neste Concelho, que se sente, nesta escola e em espaços como este, que o recebem. Portanto, olhamos para estes orçamentos e estas execuções, precisamente ao contrário do que o nome o indica. Efetivamente, aquilo que para o Executivo e na análise das contas, e bem, é entendido como custo e uma perda, é um ganho para os Municípios. E aí, como o Senhor Presidente dizia, e bem, o Município presta serviços e, portanto, todo o pessoal que o Município tem, todas as valências que este Município tem prestado aos Municípios, são o que os Municípios ganham. São o que todos os que estão aqui ganham. Esse é o seu ganho. Isto não é encarado como uma perda. Isso é que é um ponto interessante. Estes Executivos consecutivos aumentaram o dinheiro que é retribuído ao Municípios do Concelho de Óbidos, mesmo nestes piores anos, em quatro e cinco vezes, aquilo que se passava anteriormente. O que as pessoas deste Concelho vêem e sentem, na pele, é o dinheiro que lhes volta, é o dinheiro que elas recebem, é os espaços que têm para utilizar. Isto é que é a essência do documento. Gostaria que todos ponderassem isso, porque apesar de ser um documento contabilístico, à aqui uma função e uma missão que o Executivo tem. Do seu ponto de vista, onde diz custos e perdas, é precisamente aquilo que os Municípios ganham e isso é que têm que ter em conta.-----

--- O Senhor Deputado Luís Carvalho leu o documento que a seguir se transcreve: “Contas da CMO 2012 – Começamos pelo Relatório das Contas Municipais apresentado pela Câmara e cito: “Em termos orçamentais pode caracterizar-se 2012 como um ano de ajustamentos e adaptação às contingências nacionais, no qual não foram feitos grandes novos investimentos, mas que permitiu iniciar a concretização de uma política de contenção de despesas correntes e racionalização da receita e ponderar as prioridades futuras.”. Nesta singela declaração na página 30 do Relatório, a que se junta um sugestivo gráfico de comparação de 2012 com 2001, assume o PSD que toda uma estratégia de mais de 10 anos ruiu. Óbidos afinal não é um oásis. O Município está, como sempre alertámos, exposto à conjuntura nacional e às debilidades resultantes dos seus erros estruturais. Não era por se aprovarem orçamentos de 43 milhões que eles apareciam. E não foi por se aprovar um orçamento de 27 milhões em dezembro de 2011 que eles apareceram. Como antecipámos nessa altura a receita arrecadada estaria longe desses 27 milhões: hoje sabemos que foi de 16 milhões. Mas a ilusão manteve-se, e manteve-se durante demasiado tempo. Há precisamente 1 ano atrás o PS denunciava uma estratégia matreira para através da contabilidade criativa se enganarem mais uma vez os cidadãos de Óbidos, dando a entender que a saúde financeira do município se recomendava. Passado um ano nem a Câmara Municipal consegue esconder o buraco financeiro para onde arrasta o município e que já a obrigou a um resgate financeiro através do recurso ao PAEL. O balanço de 2012 apresenta pois um resultado negativo, isto é um prejuízo de 2,9 milhões de euros. No balanço de 2012 em relação ao de 2011, que o PS em tempo considerou empolado e irrealista, há uma redução do valor do ativo em cerca de 47 milhões de euros, já que vários rácios apresentados no ano passado tinham como pressuposto um património municipal muito superior ao que agora consta no balanço. A realidade começa a ser evidente para todos. A Óbidos têm assim valido receitas extraordinárias, que irão acabar em breve, e que foram comprometidas em 12 anos de má gestão financeira. Passados 12 anos de mandatos do PSD é verdade que houve coisas que mudaram. E mais do que apenas olhar para as contas de 2012, importa nesta ano de 2013, olhar para toda uma gestão municipal de 3 mandatos PSD no Concelho. Beneficiando de condições altamente favoráveis para investir no Concelho o que hoje sabemos é que em 2013 muitas das promessas feitas pelo PSD para Óbidos não passam de uma miragem, uma miragem eleitoral que valeu sucessivas maiorias. Não basta pois, como pretende o PSD, que se olhe apenas para os números das finanças municipais em que o relatório tenta mais uma vez iludir os incautos. Estes números são negativos, mas mais negativo foi ter gasto milhões, ter contraído milhões em dívidas e não se terem concretizado as mais importantes promessas do PSD. E não basta o PSD, agora que já assuma a sua impotência para as concretizar, querer varrer as suas promessas para debaixo do tapete da realidade dura que hoje nos atinge. Olhar de frente para essas promessas que não se concretizaram é essencial para compreender as Contas de 2012 e especialmente

para as contas que os municípios terão de fazer em outubro de 2013. Regressemos ao passado. Em 2013 era suposto Óbidos ser Património da Humanidade. Mas não é. Em 2013 era suposto a Lagoa estar despoluída. Mas não está. Em 2013 era suposto existir um mega projeto comercial em Gaeiras. Mas não existe. Em 2013 era suposto existir um Museu das Guerras Peninsulares, outro da Agricultura, outro do Chocolate, outro das Rainhas. Mas não existem. Em 2013 era suposto existir um parque florestal com 5 milhões de árvores no Bom Sucesso. Mas não existe. Em 2013 era suposto existir um Grande Auditório, uma Praça da Criatividade e uma “Creative Box”. Mas não existem. Em 2013 era suposto existir um Parque Tecnológico a funcionar em pleno, criando milhares de empregos. Mas não existem, nem o Parque, nem os empregos. Em 2013 era suposto estar revisto o PDM. Mas não está. Em 2013 era suposto Óbidos ser uma ecovila, com uma frota municipal movida a biodiesel. Mas não é. Em 2013 era suposto estar operacional um sistema de regadio que servia 800 agricultores. Mas não está. Mas falemos de contas públicas. Em 2013 era suposto o Município não ter dívidas, mas tem, e muitas. A dívida de médio e longo prazo que era de 2,4 milhões de euros em 2007 passou par 6,3 milhões de euros em 2012 e este ano, com o empréstimo de 3,8 milhões de euros do PAEL ultrapassa os 10 milhões de euros. Há ainda a somar um empréstimo bancário superior a um milhão de euros da empresa municipal. Verifica-se assim, que o endividamento municipal de médio e longo prazo em 2013 é superior a 4 vezes ao que se registava em 2007. E não basta esta satisfação de que a dívida e curto prazo diminuiu. Esta transformação de dívida de curto prazo a fornecedores em dívida de longo prazo vai onerar o Concelho até 2026. E o emprego? Era suposto em 2013 Óbidos ter uma taxa de desemprego superior a muitos dos concelhos do distrito? Era suposto em 4 anos a taxa de desemprego aumentar 50%, o maior aumento da Região Oeste e o segundo maior do distrito de leiria? Fruto de uma má gestão de recursos humanos o Município de Óbidos é hoje o maior “desempregador” do Concelho. Regressamos às Contas de 2012. Louve-se o facto de o Executivo municipal ter tido a consciência de não fazer a fuga em frente, e ter controlado as despesas impedindo assim um desastre financeiro mais acentuado. Regressemos por onde começamos. Em termos orçamentais não será apenas 2012 que foi um ano de ajustamentos e adaptação às contingências nacionais. Os próximos anos não serão, fruto de constrangimentos externos e erros internos, anos de novos investimentos, mas sim anos de uma política de contenção de despesas correntes e racionalização da receita, ponderando seriamente as prioridades futuras. É esse o realismo que o PS sempre defendeu e que tantas vezes foi atacado pela maioria do PSD. Alguém disse um dia “Luta as lutas que mais ninguém quer lutar”. Esta bancada durante anos travou as lutas que mais ninguém quis travar, lutas que outros achavam inúteis, lutas que outros achavam dispensáveis. O tempo veio a tempo de nos dar razão.”.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que o Senhor Deputado Luís Carvalho veio mais uma vez com uma intervenção escrita, fazer aquilo que habitualmente faz, quando cá vem, nas vezes em que cá vem. Geralmente vem cá sempre na mesma altura, que é na história dos orçamentos, ou na história das aprovações das contas. Tem essa queda, apesar de ter formação jurídica, deu-lhe a queda para a contabilidade, muito acentuada, com muita intensidade. Só que quando se faz as comparações com dois mil e três, têm vontade de rir. Dois mil e três foi, basicamente, pouco tempo depois, quando a equipa liderada pelo Dr. Telmo Faria agarrou o Município. E sabem como é que as contas estavam. As obras que havia estavam paradas, porque o Município não tinha dinheiro para pagar aos empreiteiros. Isto passava-se em equipamentos tão usuais, hoje em dia tão simples, como aqui, mesmo na Vila, para não falar nas estradas e nos equipamentos coletivos nas aldeias. Aqui, a Casa da Música estava por acabar, não havia dinheiro para acabar a Casa do Pelourinho, tudo obras que foram lançadas e que não havia dinheiro, sequer, para as concluir. Obras novas, no sentido do investimento, que não fosse na lógica anterior, que era, basicamente, em infraestruturas. Esses não havia, nem muito, nem pouco. Estratégias de investimento de economias criativas e parque tecnológico. Estratégias de investimento na educação das crianças e dos jovens. Nada disso havia. Os dinheiros que foram gastos foram uma coisa avassaladora e de investimentos brutais com imensa consequência. Basta estarem nesta escola e foram umas poucas e que, por acaso, não são das piores do mundo. Depois vem sempre com aquela cena do biodiesel. Hoje não falou da piscina atlântica, que costuma falar, nem das ostras, que é uma coisa que ele gosta, mas falou em coisas similares, parecidas, o museu peninsular não está feito, a praça da criatividade, que aprovaram à pouco tempo está em bom andamento. Agora o centro comercial das Gaeiras. Mas estão aonde, em Portugal, em que tempo, em dois mil e treze. O Município, de facto, tem uma responsabilidade enorme para essas capacidades de dinamização da economia, da capacidade de poder de compra dos portugueses e da região, tão grande, que não foi capaz de ultrapassar essas dificuldades que avassaladoramente se abatem sobre nós, com uma mão mágica muito visível do PS. Mas a questão que se põe aqui,

relativamente às contas, é uma situação muito simples. O Município baixou, extraordinariamente, o orçamento e baixou, extraordinariamente, os gastos. Nestes últimos cinco anos vinham de orçamentos de vinte e tal milhões, para estarem com execuções de dezasseis milhões. Conseguir reduzir a despesa, numa altura em que quase ninguém é capaz de o fazer, e é necessário fazê-lo, é um exercício extraordinário, para louvar, que não deixou de referir que isso era um aspeto positivo. Mas o que é extraordinário nisto é conseguir fazê-lo sem diminuir a receita, que é uma coisa que está a cair em todo o lado. E a receita não caiu. Conseguiu-se equilibrar a receita com a despesa. Quando o Senhor Deputado Luís Carvalho diz que há um défice, uma coisa horrível, de três milhões de euros, quase, na execução das contas de dois mil e doze, isso é uma realidade que ele gosta muito, que é a realidade contabilística, mas não é a realidade efetiva das receitas e dos gastos do Município ocorridos em dois mil e doze. O que aconteceu, muito simplesmente, é que os pagamentos das infraestruturas dos novos resorts, que estão contratualizados, e que já deviam estar pagas, foram pagas em três ou quatro prestações. A primeira cai só em um de janeiro de dois mil e treze e no entanto, contabilisticamente, tudo entrou, sem nada ter entrado, porque no completo, nos dez milhões de euros, ou o que é, em dois mil e doze, a verdade é que não entrou. Portanto, esse desiderato corresponde apenas a uma entrada contabilística que não corresponde a uma entrada real de receita. É contabilizado como não receita aquilo que acabou por ser também uma receita contabilizada de outro modo. Em dois mil e doze entrou essa parcela, mas não foi contabilizada toda a entrada em dois mil e onze. Esse dinheiro entrou, pelo que os três milhões que lá estão de défice não existem. Esse dinheiro entrou, o dinheiro que foi gasto foram dezasseis milhões e o dinheiro que foi recebido, como receita real, foi dezasseis milhões. O equilíbrio é perfeito. Isso conseguiu-se. Quando aqui se critica muito a questão do património municipal, só fica satisfeito em ver que estão com um património estimado em cem milhões de euros, para quem tem orçamentos de dezasseis milhões, e para quem tem orçamentos que os gastos são contrabalançados com as receitas. Nesse aspeto estão no equilíbrio, no equilíbrio perfeito. Só falta o superável total. Não há défice. Isto é muito bom. A história dos empréstimos é uma história, como diz ali, nas palavras do Senhor Deputado Luís Carvalho, matreira. A forma como aqui a questão foi posta é, mais ou menos, esta: vocês estão cheios de dívidas e então a gente vai ver e encontramos uma dívida de curto prazo muito reduzida. A dívida total é de dez milhões de euros, para um património de cem milhões, para receitas efetivas de dezasseis milhões. Mas nestes dez milhões de dívida, que estão equilibradamente repartidos entre o curto e o longo prazo, não há grande compromisso relativamente ao hipotecar ou onerar o futuro, e no fundo, os jovens, muito particularmente. Esta dívida é contrabalançada pelo crédito. Esta dívida de dez milhões é nula, do ponto de vista do encontro de contas com créditos que o Município tem concretas e determinadas no curto e no médio prazo. Se têm dívida de dez milhões, têm receita para a cobrar, de dez milhões, relativamente a quatro ou cinco empreendimentos que aqui foram feitos. Esses dez milhões estão equilibrados com créditos já realizados e com os pagamentos que estão calendarizados, de outros tantos dez milhões. Nesse aspeto não é preciso recorrer às receitas correntes anuais para fazer face aos encargos da dívida. Aqui, a dívida está, como agora se diz, sustentadíssima, nos créditos que o Município tem. Isso são plantas do oásis. Aqui não há deserto. Também nunca foi um oásis, porque Óbidos e este Município, sempre foi um pomar, ou sempre foi um vinhedo, ou sempre foi um jardim. Mas isto é relativamente à questão que foi posta sobre o endividamento que, como diz, são dívidas que são completamente anuladas pelos créditos de curto e médio prazo que o Município tem, que não constituem receitas ordinárias, que não constituem receitas correntes de base de natureza fiscal. Portanto, têm que se congratular com estes resultados. Quem é que é capaz de fazer isto, com investimentos grandes a correr, seja o investimento extraordinário que está a ser feito na completa requalificação, pré-construção da escola Josefa de Óbidos, completando este ciclo de investimento, numa altura em que ninguém o consegue fazer, na área da educação. Criticada foi aqui a questão do parque tecnológico, dado como um grande desastre. Não é desastre nenhum. O que se fez foi uma reorientação estratégica do modelo de funcionamento do parque tecnológico. Na situação em que se vive era impensável vender os lotes, foi-se para a construção e arrendamento de empresas que se pudessem instalar. Corresponde a um bom investimento, com custo praticamente zero do Município, como a escola Josefa de Óbidos. Aquilo que é aqui apresentado como um desastre, não é desastre nenhum, muito pelo contrário, é uma correção muito oportuna da rota, quando a maré e o mar está tempestuoso. É esta a maneira de chegar lá. É esta a maneira de ir lá. Isso é a maneira de não ter o desastre, que de outro modo teria tido. Estas críticas, assim postas, para quem não tem conhecimento direto daquilo que se passa, até pode pensar que ele está a falar de um deserto, mas não é. É de um jardim que se trata. É pena que um

jardim seja tratado como um deserto, e não seja capaz, como a Senhora Deputada Celeste Afonso o faz, de olhar e ver.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que quer que a Assembleia Municipal usufrua gratuitamente da intervenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara, sobre esta matéria, porque ele é a pessoa mais entendida, na medida em que tem a gestão financeira do Município e tem permitido que nestes anos de profunda crise, as pessoas não a sintam, na sua relação com o Município, independentemente da forma como se faz a contabilidade, como se faz a avaliação do património, que se reflete no ativo, ou como se faz a contabilização dos proveitos do Município, como o Senhor Deputado José Botelho, deu aqui uma explicação. Os resultados do exercício, já o tinham dito, o ano passado, quando tiveram um resultado de quatro, vírgula, cinco milhões, mais coisa, menos coisa, positivo, que nas contas de dois mil e onze contabilizou uma receita que só entra no Município diferida por vários anos, mas foi toda contabilizada na conta de dois mil e onze, refletindo-se agora. Sabiam que iam para o ano das eleições com estes números, mas estão perfeitamente tranquilos, porque aquilo que a contabilidade revela e aquilo que a contabilidade exhibe, em termos de números, tem uma diferença substancial em relação à realidade, à tesouraria, aos rácios e aos créditos. Apetecia-lhe brincar um bocadinho, embora a última vez que fez uma intervenção na sequência de uma intervenção do Senhor Deputado Luís Carvalho, a coisa tivesse corrido mal, porque o Senhor Deputado Luís Carvalho disse-lhe, em determinada altura, que tinha saído da política, que estava farto de política. Não acredita, porque ninguém sai da política. Nunca saímos da política. Vão fazer política até morrer. Às vezes na linha da frente, outras vezes na linha de trás, mais intensidade, menos intensidade. O Senhor Deputado Luís Carvalho veio aqui hoje fazer política. Não faz todos os dias. A coisa vai correr bem, porque o Benfica acabou de ganhar. Não mistura a atividade, mas era um acontecimento que queria dar a alguns sofredores, essa informação, correu bem. Mas houve uma coisa que não correu bem, Senhor Vereador Humberto Marques. Não devia ter encontrado o Capela. O Senhor Deputado Luís Carvalho faz-lhe lembrar o Wolfswinkel. Espera que não se ofenda com isto. Mas o Wolfswinkel é aquele jogador que foi vendido, mas ainda vem jogar. Ele já não está cá, na política. Mas hoje veio e parece que o PS é uma espécie de Sporting, joga melhor, mas é roubado pelo árbitro. É aí que entra o Capela. O Capela é o tipo que vem fazer com que os tipos como eles sejam campeões. E sejam campeões, pelos vistos, sem merecerem, pelos vistos, sem terem capacidade de demonstrar com trabalho e com resultados, que marcam golos, são eficazes, concretizam, etc.. É certo que a Câmara de Óbidos terá, seguramente, um presidente do Sporting e, portanto, este é o tempo avisado para fazer piadas sobre o Sporting, porque isso vai terminar. Também acha que as próximas eleições, nomeadamente para a discussão da presidência, não vai ser só sobre entre os candidatos, com todo o respeito. Vai ser a resposta a esta pergunta: Será que a sucessão na Presidência da Câmara continuará a dar a Óbidos, o que Óbidos tem tido? Esta é que é a grande questão. É isto que ouve, dentro do Concelho, nos Concelhos à volta. A pergunta que fazem é: e agora. Podem estar aqui a repetir sobre os números, mas há dez anos de uma história, em que os gráficos mostram isso. Aqui é o PS, com cinco, seis milhões de euros, com imensos empréstimos, a fazer o estádio. Ouvi-os criticar à custa dos empréstimos. O último grande empréstimo, quinhentos mil euros, para construir um estádio em Óbidos. Não foi para fazer escolas. Parece que a dívida não trouxe nada de dois mil e um. Parece que as amortizações e que parte do passivo, não trouxe nada lá de trás. Trouxe muito. Mas não fizeram a política com isso, fizeram o seu trabalho, que foi dar a volta ao Concelho para levar as pessoas a questionarem-se sobre qual era o modelo de desenvolvimento que queriam. Está a discutir a conta de gerência de um ano em que lançam duas grandes obras, que abrem horizontes, fortíssimos, para o futuro. Uma escola secundária que encerra um Parque Escolar Municipal de categoria mundial. Acha que todos têm consciência disso. Não é uma megalomania ou uma adjetivação exagerada. É isso que têm. Quando os parceiros europeus vêm a Óbidos, de culturas, países, sociedades mais ricas, invejam e dizem que na sua terra isto não se faz, nem as suas equipas autárquicas conseguem ter arrojo para isso. Tem essa admiração. Há pouco, quando disse que estava numa rede, porque foram convidados, não se candidataram a ela. Quando vê que construíram uma escola nova, apesar da crise, com seis milhões de euros. Quando vê que lançam edifícios, que foi a estratégia e mudar de venda de lotes, para continuar a ter empresas e criar aqui uma nova centralidade, como fizeram na cultura, como fizeram no turismo e como estão a fazer na educação. Há pouco reenviava um email à Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues, com exemplos de oferta de emprego que fazem na bolsa de emprego do Parque Tecnológico. As empresas que se estão a sediar estão a querer contratar pessoas. Este é o caminho, estes são os sinais. É esse o resultado prático, que não está escrito na contabilidade, ou que têm que ler a partir destes números. Quando, apesar de fazerem este investimento, baixam em relação a

um pico de sofrimento, em termos de investimento financeiro, que é dois mil e nove, disse-o publicamente na intervenção do feriado municipal. Quando atingem uma dívida de curto prazo, de nove milhões, disseram que a prioridade era baixar o stock da dívida e estão a baixá-lo. Como é que alguém por vir aqui, ainda, pedir contas de mais despesas de outros equipamentos e de outras intenções, quando fizeram a opção de mandar tudo isso fora, ou grande parte disso fora, em nome de uma aposta séria na educação. Como é que se pode estar, para se ter credibilidade, para se levar isto a sério, a dizer que o Município tem que baixar a dívida e por outro lado está a questionar porque é que o PSD, ou porque é que o Executivo, não cumpriu esta, e esta, e esta promessa. Para não aumentar a dívida. E das que disse, sabe que não está a ser justo. O Município não tem responsabilidade na não execução de muitas dessas promessas. Mas sabendo que não está a ser justo, porque o diz. Porque esse discurso de cassete, de repetição, ninguém o pode levar a sério. Há muito tempo que o Concelho reduziu o partido que mais tempo governou a Autarquia de Óbidos, desde o vinte e cinco de abril. Em trinta e cinco anos de democracia, o PSD só governou doze, o PS governou vinte e cinco. A soma dos dez do PSD é maior do que a soma dos vinte e cinco do PS, em tudo, sobretudo em resultados e na mudança dos indicadores de crescimento. Porque é que nunca viu nenhum Deputado do PS a fazer uma análise sobre os censos de dois mil e onze. A imprensa falou disso. Como é que o Concelho cresceu em todos os indicadores sociais, desenvolvimento económico, etc.. E daqui a dez anos não esperem outra coisa, com os sinais do que está a acontecer hoje, na aprovação de investimento privado, no Concelho de Óbidos. Por isso é que continuaram também a acompanhar com investimento municipal. Consideraram que isso era estratégico, não só reduzir o stock da dívida, mas conseguir financiamento para que o investimento não deixasse de pairar no Concelho de Óbidos. Bem poderiam chegar hoje à população e dizer que estão em crise, não há dinheiro, que a população compreenderia. Não afetaria a oferta, aquilo que são, aquilo que fizeram. Não tem a menor das dúvidas. Mas não é uma questão de sobrevivência eleitoral, não querem saber. Aquilo que fizeram é em nome do Concelho, é uma visão para uma próxima década. Aquilo que está hoje a acontecer abre caminho para que os resultados sejam de aumento do posicionamento de Óbidos, mais forte, mais central e mais capaz, sobretudo quando comparado com os outros territórios. Baixaram o stock da dívida cinquenta por cento, de dois mil e nove para cá. É uma grande recuperação, sem que ninguém perca nenhum serviço, sem que nenhuma escola feche, sem que nenhuma piscina feche, sem que nenhum transporte deixe de existir, sem que o movimento cultural perca força, sem que o desenvolvimento comunitário, que nos orgulhamos todos, deixe de brilhar. E o Concelho de Óbidos continua. Nunca ninguém o ouviu dizer que era um oásis, ou que não havia bolsas de pobreza, ou que não havia dificuldades. Mas essa é a sua gasolina. É isso que os faz andar. Foi isso que os fez agir e reagir na educação, porque, precisamente, quem tem resultados de vinte e cinco por cento de insucesso escolar, tinha que fazer investimentos diferentes. Quando disse que a estratégia do emprego, ou na área da saúde, que afeta os setores mais carenciados e as populações com pouca mobilidade, num Concelho disperso, é porque sobre o Concelho que temos, não se esqueceu, nem pensa que está tudo feito, mas também acha que a única maneira e a única estratégia para enfrentar esses problemas, é desta maneira. É atrair quem nos possa trazer riqueza, e tentar reinventar quando percebem que as coisas estão a mudar, é tentar cortar quando acham que não têm receitas próprias, com folga. Por isso não se riam dizendo que não há dinheiro. Há dinheiro, mas há para o essencial, e haverá sempre e houve sempre. Essa estratégia e essa comunicação que gostam de fazer, que a Câmara está falida, não está falida, nunca esteve falida, nem nunca estará falida. A capacidade que têm permite-lhes ousar e dizer assim. Se não houver médicos, se precisarem que se pague horas extraordinárias, como disseram ao ACES, ou à ARS, dão um passo em frente. É preciso ter coragem. Têm que reequilibrar as contas, têm, mas é em nome do modelo de reequilíbrio social, porque têm, acima de tudo, uma consciência de intervenção social. Acha que têm que fazer essa justiça. Se querem fazer um balanço de dez anos, para serem levados a sério e poderem dar razão, eventualmente, em coisas que tenham razão, têm que dar justiça àquilo que tem acontecido. Não ouve o PS fazer isso. Ouve tratarem a maioria como um grupo de irresponsáveis. Como pessoas que têm enganado os incautos. Nunca enganam ninguém, nunca enganaram ninguém, são pessoas sérias, não precisam que lhes façam esse tipo de avaliação. Não olhe para eles, como hoje, olha para as equipas onde pertenceu, quando tiveram, recentemente, um governo que enganou o país e os meteu num poço sem fundo. Não olhe para eles da mesma maneira, porque não é a mesma coisa. Não são a mesma gente. Estão aqui a dar o seu melhor e a colocar Óbidos no mapa, validados, legitimados pela esmagadora maioria da população, com cinquenta pontos de diferença, entre eles. A questão que está em causa não é a comparação entre candidatos, com todo o respeito. Vai haver uma mudança do Presidente da Câmara, do

lado da maioria. E as pessoas só querem saber se do lado da maioria as coisas continuam assim, ou não, porque as pessoas têm memórias e sabem muito bem o que é que é a capacidade. Vocês sabem, fazem exercícios interiores. Não o dizem aqui publicamente, mas sabe que sabem. Alguns vêm dizer-lhe e gostam que o PSD cuide de Óbidos, mas não vêm fazer essa política, não vêm dizer isso publicamente, mas sabem que Óbidos está bem entregue. No fundo, no fundo, estão descansados e tranquilos. Se o Presidente da Câmara não pode fazer intervenção política, acha que é uma falta de cultura democrática. Ele pode ser atacado nos dez anos do seu trabalho e não pode defender-se dessa crítica, da forma livre, como entende. Porque tem que ser interrompido por pessoas que não estão a gostar daquilo que está a dizer. Não é a primeira vez que há uma clara falta de respeito em relação a uma intervenção do Presidente da Câmara. Este trabalho que estão a fazer tem números e orgulha-se dos números. Gostavam de saber onde é que há Municípios que apresentam uma liquidez geral de duzentos e vinte e sete por cento. Para quem não sabe o que é liquidez geral, recordou que o rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo, constituindo, por isso, um teste de solvabilidade de curto prazo. Sendo tudo o resto igual, quanto mais elevado este rácio, melhor a solvabilidade de curto prazo, sendo desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de um, significando que tem, pelo menos, ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. A capacidade da Câmara é de duzentos e vinte e sete por cento, quase duzentos e vinte e oito por cento. A solvabilidade, duzentos e cinquenta e seis por cento, a relação entre os fundos próprios e o passivo. Autonomia financeira, apesar da crise, é um dos rácios que considera dos mais importantes na análise da gestão e da conta do Município, porque ele mostra a capacidade financeira que o Município tem, através das suas receitas próprias, poder fazer face aos seus compromissos. Sessenta e sete por cento de receitas próprias. Os fundos próprios dentro do ativo têm este peso. Esta tese da desgraça e do caos, que ouviram na intervenção anterior, não tem o menor dos fundamentos. O que o Senhor Deputado José Botelho disse em relação à dívida de longo prazo, mais dívida de curto prazo, somando toda a dívida, apesar de terem baixado quarenta e nove, vírgula, tal por cento, em relação a dois mil e nove, dos nove milhões passar para quatro e meio no curto prazo, mais os cerca de seis de médio e longo prazo, os tais dez que aqui se falou, ter capacidade de ter créditos para fazer face a essa dívida, não põe, claramente, em causa a capacidade financeira. Onde é que está o fundamento para tanta desgraça? Onde é que está o fundamento para vocês próprios acharem, ou sequer poderem acreditar, que do ponto de vista da gestão, não têm cuidado bem da Autarquia de Óbidos? Ou acham que uma intervenção, como a que tiveram, vem dizer o quê? Procura o quê, se não descredibilizar a gestão do Município, face ao contexto que estão a atravessar, perante a opinião pública? É por isso que diz que a confiança que tem nos resultados que estão a fazer e no trabalho que estão a fazer, leva a que nos próximos tempos a resposta seja aquela à pergunta que há pouco identificou. E agora? Essa é que é a questão. Como é que vai ser o futuro? Seguramente que vão mostrar à população que este projeto, o projeto que têm para o Concelho de Óbidos, este projeto de mudança vai continuar.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse à Mesa que o Senhor Presidente da Câmara tem intervenções para dar esclarecimentos, não é para fazer campanha eleitoral. Não podem dizer que não o é, quando acaba a dizer que dentro de pouco tempo vão ser dadas respostas, vão ver o que é que vai acontecer a seguir e todo o tom da intervenção é, claramente, eleitoralista. Isso é inadmissível de acordo com o regimento desta Assembleia Municipal. Pediu à Mesa que intervenha, no sentido de pôr o Regimento a funcionar. Tem um princípio que deve ir escandalizar muita gente. Todos os Presidentes devem ser melhores que os anteriores e piores que os seguintes, porque assim é que se desenvolvem os povos, os concelhos e os países. Em principio o Senhor Presidente da Câmara tem que ser melhor que todos os que o procederam e, designadamente, que o saudoso Pereira Júnior. E tem que ser pior que todos os que se seguiram, que é um sinal de que vão andando para a frente. É incontornável, pelos números que tenha, pelos dados que tenha, pelo que fez de bom, pelo que de melhor fez em relação aos outros, que durante três mandatos, fez promessas concretas, publicadas, publicitadas, escarpelizadas, demonstradas, aumentadas até à espécie mais infinita, como foram aqui repetidas e até quando foi da intervenção sobre o orçamento e não as cumpriu. Tenha paciência, o país está farto, e daí vem a descredibilização dos políticos. Uma pessoa não pode prometer aquilo que não pode cumprir, e em consciência não é possível cumprir em quatro anos e prometeu durante três mandatos uma série de coisas que não conseguiu cumprir. E isso, senão é mais nada, era apenas a ética republicana e democrática que obrigava a ter algum cuidado e alguma contenção, que não houve. Não tire daqui quaisquer outras conclusões de natureza democrática, ou ética, ou seja de que natureza for. Quanto às comparações com o tempo anterior, não se

vai dar ao trabalho. Já calculava que vinham outra vez denegrir. Tem um livro que a Câmara tem e não mostra, e tem lá muitos exemplares, que são vinte anos de intervenção autárquica. Um livro feito sobre o tempo dos mandatos de Pereira Júnior, sem intervenções, sem subsídios, sem quaisquer importâncias da comunidade europeia. Tudo quanto se fez. Noutros tempos, há vinte anos atrás, sem os recursos que há hoje, sem as possibilidades que há hoje, está ali muito que se pode ver, que não envergonha ninguém e que se conseguiu fazer. Portanto, não venham com essa história de dizer que para trás é o caos. Se alguém quiser peça à Câmara, que tem lá estes livros, que o divulgue. Está publicado tudo o que foi feito durante o tempo do Pereira Júnior. Dispensa-se de mais comentários.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que aquilo que exige de qualquer Deputado é respeito pela Mesa. O respeito pela Mesa tem que ser mútuo. Ele respeita todos os Deputados da mesma forma, como respeita todas as pessoas que estão na sala, mas exige aos Deputados e a toda a gente que esteja na sala, o mesmo respeito. Quando determinadas pessoas tocam em determinados assuntos, de uma determinada bancada e depois não admitem que haja respostas do mesmo tom e da mesma forma, acha que é de mau tom chamarem e interpelarem a Mesa sobre situações dessas. Sobre esse assunto diz só isto.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara deve, naturalmente, fazer um livro destes. É perfeitamente legítimo, agora que vai terminar o seu mandato. Tem muito para escrever, tem, se calhar, muito mais do que está ali, mas custa-lhe muito, nas intervenções do Senhor Presidente da Câmara, olhar para trás e dizer que o que estava atrás de mim era o nada. Acabou de dizer como encontrou o estado do país em dois mil e um. Todos sabem, se forem honestos intelectualmente, o estado em que o Concelho se encontrava em mil novecentos e oitenta e aquilo que foi feito naqueles vinte anos. É extraordinariamente crítico daquilo que foi o mandato do Pereira Júnior, mas não deixa de reconhecer que nos seus primeiros mandatos, fez-se coisas extraordinárias no Concelho, do nível básico, do saneamento, das águas, disto e daquilo. É da mais elementar justiça que o reconheçam. Fez o melhor que soube e fez um trabalho absolutamente extraordinário. É evidente que depois não soube sair e se calhar, por essas situações, é que foi criada a lei que foi criada, que está neste momento a ser tão contestada. Na verdade, o Pereira Júnior, que é uma pessoa que todos, pensa, estimavam, não soube sair, degradou-se a ele e degradou a situação do Concelho. Todos pagámos por isso. O Senhor Presidente da Câmara deve fazer o livro e deve-se orgulhar do trabalho que fez. Não gostou das observações que estão para trás do Pereira Júnior. Não gosta. Não gostou das alusões ao futebol. Admite que não as tenha compreendido, mas acha que é baixar um bocadinho de nível. Também não gostou das comparações com os governos Sócrates dizendo que vocês são pessoas da mesma laia. Evidentemente que sejam mais, ou menos, ligados ao PS, uns mais, outros menos, também não gostam desse tipo de observações, não estão aqui a discutir política nacional. Se calhar também são todos muito críticos desse período, ou de alguma forma, críticos desse período, não gostou. Acha que foi um tom muito desagradável. Aquilo que o Senhor Deputado Luís Carvalho fez hoje, aqui, com toda a sinceridade, foi analisar os números. Os números têm objetividade. Ele fez o seu trabalho.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que não percebe nada de contabilidade, de ativos, passivos, dívidas, de transação de dívidas para ativos, passivos. É leiga na matéria. Mas uma coisa crê, estão todos de acordo: se a saúde financeira do Concelho de Óbidos fosse de tal forma como é referido pelo Executivo, não haveria de ter havido necessidade de recorrer a um programa de assistência. Então, foi o maior disparate que se fez, foi ter-se contraído uma dívida até dois mil e vinte e seis. Ainda hoje, não percebeu o porquê. Ou é teimosia do Executivo e não precisavam do dinheiro, ou então precisam do dinheiro e estão a camuflar essa situação. Das duas, uma. Faz economia doméstica. Se calhar uma dona de casa fazia muito melhor a gestão financeira do que, provavelmente, muitos Ministérios. Se tiver cem, não vai gastar cento e cinquenta. Se não precisar dos cento e cinquenta, não vai contrair um empréstimo de duzentos. Se não precisar do dinheiro, não vai contrair dívida para o futuro. Sabe que está a ser redutora na análise que está a fazer, porque, obviamente, os Municípios não se gerem desta forma. É preciso fazer investimento. Mas não tiveram a contrair empréstimos para investimentos, tiveram que pagar dívida. Não percebe nada de contabilidade, mas o que é verdade é que o Município teve que pedir assistência financeira.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que não aceita, como Presidente da Câmara, como principal responsável da Autarquia, que digam que eles andam a iludir ou a enganar as pessoas, nos relatórios. Não aceita isso. Não acha que uma forma digna de fazer oposição. Com todo o respeito, não acha. Se os números são assim tão bons, não precisam de dizer isso. Se são assim tão bons para a oposição, não



precisam de fazer isso. Só que aqui à uma questão que existe, é que há uma perceção do que é a gestão autárquica diferente. O nível não é que andam a enganar. Neste capítulo diz que não os confunda com alguns que os andaram a enganar. Não enganam as pessoas. Não têm que chegar aqui, ao fim de onze anos, e porque existe uma pessoa da oposição que vem cá de vez em quando, manda uma acusações destas e tem que estar a dizer publicamente que é uma pessoa séria, ele e toda a gente, porque uma pessoa põe isso em causa. Não admite isso. Uma coisa e levar as coisas para a brincadeira e falar de futebol, estão num nível de uma certa leveza do debate. Mas aqui coisas que são ditas, que são escritas e entregues à comunicação social. Isto é tudo preparado. É isso que fica. Em relação aquilo que disse, considera, com todo o respeito, um enorme disparate. Dizer que o PAEL é um programa de assistência financeira é como estar a dizer que têm uma espécie de troika, que vão tendo avaliações. Acham que o PAEL quer dizer programa de assistência e depois já não sabem o que o resto quer dizer. É uma espécie de troika para os pequeninos. Inventaram a troika para o governo nacional e depois criaram uma troikazinha para cada município. O Município agora tem um resgate. Tinham uma crise de dívida soberana e então, houve um conjunto de organizações internacionais, como o fundo monetário internacional, a comissão europeia e mais não sabe quem, que veio, meteu aqui uns milhões, para pagarem os salários aos funcionários da Câmara. Para terem dinheiro, poderem abrir a porta e não despedirem toda a gente, não, isto é que é um programa de assistência financeira. Isto é que é um resgate. Para o PS, Óbidos está nessa situação. Não compreendem o que se está a passar, não compreendem as contas, não percebem a solidez financeira que o Município tem. Não percebem. Como não percebem, podem estar aqui horas. Se somarem as Assembleias Municipais e forem só ver, independentemente do ano, têm cinquenta horas em que o PS diz uma coisa e o Executivo diz outra. Não vale a pena. Isto para funcionar devia ser assim. O Senhor Presidente em exercício punha a coisa, votavam, e não valia a pena fazer debate. Porque, na verdade, não há debate. Estão a falar e os Deputados nem sequer estão a ouvir. O Senhor Deputado da CDU disse que não se revia no orçamento. Nem sequer estão a discutir o orçamento. Estão a discutir a conta de gerência. Mas o Senhor Deputado da CDU veio para esta reunião a achar que estava a discutir o orçamento. Diferença entre receitas correntes e despesas correntes. Superavit de um, vírgula, quatro milhões de euros. Redução de dívida de curto prazo, de dois mil e onze para dois mil e doze, baixaram um, vírgula, oito milhões de euros, uma diminuição de vinte e oito por cento. Comparação da dívida de curto prazo num período de quatro anos, dois mil e nove, dois mil e doze, diminuição de quatro, vírgula, cinquenta e dois milhões de euros, representa uma diminuição de quarenta e nove, vírgula, zero três por cento da dívida de curto prazo. Transformaram uma dívida e curto prazo, numa dívida de longo prazo, para poderem responder favoravelmente a esta opção do investimento. Não querem mais saneamento, têm uma empreitada de um, vírgula, três milhões de euros. Não querem mais investimentos na educação. Não querem mais investimentos na criação de riqueza. Como é que isto se faz? Há sempre despesas próprias que o Município tem, por mais ajudado que seja pelos fundos. Como é que fazem isto? Querem investimento, ou não querem investimento? Querem que haja serviços, ou não querem que haja serviços? Digam lá: o que é que vão privilegiar? Do ponto de vista da dívida, têm uma dívida controladíssima, por mais que achem que não. Deviam de ir a outros Concelhos, à maioria dos Concelhos do país. Não são o melhor, mas são dos melhores. Esta encenação que fazem aqui, que afinal acabou, isto é o fim, é uma teatralização pura, não corresponde à verdade, nem à realidade.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que está convencido, e está convencido há muito tempo, julga que isso tem transparecido das suas análises, nas várias e sucessivas apreciações das contas e dos orçamentos da Câmara Municipal de Óbidos, e, agora, a convicção que vai dizer aqui é uma convicção que obriga apenas a si próprio, e não à sua bancada. Está convencido que, independentemente, dos números que vão sendo apresentados pela Câmara Municipal, a realidade financeira da mesma não é aquela que se calhar, até piamente, os próprios elementos da Câmara acreditam. Tenta ver a situação financeira da Câmara, não só nas contas de dois mil e doze, mas projetadas para aquilo que vão ser os próximos anos. Quer deixar bem claro que é sua convicção pessoal, que está a ser encarada esta questão, com alguma dose de negligência, que gostaria que fixasse aqui bem expressa e que só espera que os próximos anos não lhe venham a dar razão. É uma questão que gostaria de dizer aqui, sem qualquer tipo de questões políticas, partidárias, questões eleitorais, ou não eleitorais. O seu contributo tem procurado ser o de alertar para uma deterioração das finanças públicas municipais no Concelho de Óbidos, que espera, sinceramente, que os próximos anos, que vão ser anos muito difíceis, que, efetivamente, não consigam ser suplantados, apesar do magnífico discurso da Senhora Deputada Celeste Afonso. Espera, sinceramente, que as palmas que aqui se ouviram, venham a refletir-se em todo o Concelho, ao longo dos

próximos anos, e que seja esse, efetivamente, o futuro do Concelho e não, muitas vezes, as teses que aqui tem defendido e que são, francamente, menos otimistas e não merecedoras, obviamente, do aplauso generalizado desta bancada. O Senhor Presidente da Câmara fez aqui uma apresentação de um conjunto de números. O Senhor Presidente da Câmara sabe que está a omitir, propositadamente, os gráficos relativamente à dívida de médio e longo prazo. Por isso é que só fala da dívida de curto prazo. Querem dados e aqui muito se tem falado das questões per-capita. Que se faça uma análise per-capita da dívida do município, projetada per-capita, nos cidadãos de Óbidos e se faça um escalonamento ao nível dos trezentos e oito concelhos deste país. É um desafio que lança aqui ao Senhor Presidente da Câmara, aos serviços financeiros da Câmara, que procurem saber, projetado per-capita, o valor da dívida da sua Câmara Municipal a todos os cidadãos do Concelho de Óbidos. Qual é que é, efetivamente, o ranking ocupado pelo Município de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que não achou de muito bom gosto, o momento que o Senhor Deputado João Lourenço escolheu para mostrar o livro que fala nos vinte anos do Pereira Júnior, por uma razão muito simples. Acha que era uma altura bastante crispada do debate e falar de uma pessoa, que, principalmente, já não se pode defender, não foi a altura mais correta. Só consegue perceber alguns comentários e algumas intervenções, por parte da bancada do PS, porque olha para ela e realmente vê muito poucas pessoas que viveram, ou vivem, no Concelho. Mas não quer comparar o que era o Concelho de Óbidos, com o que é o Concelho de Óbidos. Mas as pessoas não sabem o que mudou. Só não vê quem não quer. Obviamente que as pessoas prometem coisas que não conseguem fazer. Mas se quem sonha não conseguiu, os Senhores, que não sonharam durante vinte e tal anos, conseguiam. Acha que se não tivessem mudado, estariam na mesma, ou muito pouco melhor, se não pior. Já está na Assembleia Municipal há dez, onze anos, e sabe que daqui até setembro vai ser sempre a piorar. Aproveitam estas alturas, pessoas que estiveram este tempo todo caladas, agora vão começar a falar. Já é a terceira repetição. Pediu que façam um bocadinho de coerência e que olhem e vejam o que se fez no Concelho. Obviamente, não está a dizer que se fez tudo bem, claro que não. Só não erra quem não trabalha. Se calhar dantes errava-se menos, trabalhava-se menos. Pediu um bocadinho de moderação. Se as pessoas da bancada do PS tivessem mais intervenção na vida pública do Concelho, principalmente na vida associativa, tinham visto o que mudou neste Concelho.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara disse que a esta tese do fim dos tempos, que neste caso é o fim do mandato na Autarquia de Óbidos, na intervenção do Senhor Deputado Luís Carvalho, que não explica, diz que é só ele, mas não fundamenta, põe-se no direito de fazer esta afirmação. Gostaria que olhasse para isso. Não falou no ativo. Ainda bem que o ativo desceu. Sabe qual é a responsabilidade do Município num ativo de cem milhões de euros. Não disse nada. Podiam, em imensas operações de aquisição, por exemplo, já para não falar de outras operações que contribuem para este ativo, ter privilegiado, se calhar com custos maiores, a questão da dívida. Em vez de gastarem da tesouraria em aquisições de imóveis que consideram estratégicos e importantes para o Município, não os compravam. Colocavam uma conta a render. Há muitos Presidentes que fazem assim. Até há outros que fazem outra coisa. Não fazem obra, não fazem investimento. Mas essas cidades estão como estão. Mostra-lhe os per-capita todos que quiser. Sobretudo um deles, que atribui imensa importância, que referiu há pouco, que é a apresentação de candidaturas, que mostra a dinâmica de investimento privado. Compare, por exemplo, o investimento privado entre Óbidos e Caldas da Rainha. Gostam muito de comparar com Caldas da Rainha. Aliás, Caldas da Rainha é uma espécie de referencial político de boa gestão. Não sabe porque é que as pessoas se queixam lá. Aqui em Óbidos é muito apreciado o modelo. Há determinadas pessoas, em Óbidos, poucas, que acham que a gestão deve ser assim. Não fazer investimento, não fazer esta política de aquisições, que o Município fez durante muito tempo. Hoje têm cem milhões de património. A dívida que referenciou até dois mil e um, como sendo elevada, foi logo transformada numa crítica ao anterior Presidente da Câmara, que não foi, nem a ele, nem a nenhuma equipa dele, nem a ninguém. São números. O que disse foi que havia uma continuidade da dívida, também. Era maior a dívida que herdou de médio e longo prazo, e deu o exemplo só do estádio, que foi a última aprovação na Assembleia Municipal, de dois milhões e meio, em relação a esta dívida de longo prazo de seis milhões. Mas o que é seis milhões por décadas que têm à frente, com a capacidade de fazer receita em tempo de crise, em tempo de extrema dificuldade, em que mesmo assim arrecadam mais, três vezes mais, do que arrecadaram em dois mil e um, quando chegaram à Câmara de Óbidos. Já arrecadaram muito mais do que os dezasseis milhões, já arrecadaram vinte e tal, já chegaram perto dos trinta. Estão a falar naquilo que é a capacidade de resistir sem nada. Ou seja, com o IMT cá em baixo, sem transações, com a economia muito congelada e sem

reflexos de IMIs nestas contas. Porque é que estão a falar dessas coisas. O Senhor Deputado Luís Carvalho dizia assim, eu tenho dados que dizem que do ponto de vista perspetivo, até dois mil e vinte, as finanças municipais, vão cair aqui, aqui e aqui. Isso era sério. Agora lançar uma laracha dessas não tem a menor das credibilidades. Sabem quanto é que vão aumentar em receitas próprias, por exemplo, em dois mil e catorze. Já disse à Assembleia Municipal, portanto não há aqui desconhecimento. Pediu os dados às Finanças. Sabe que o seu Ministro das Finanças teve uma ideia brilhante que foi de todas as casas num empreendimento turístico passam a ter utilidade turística. Logo cai m isenção de IMI, sete anos. Dantes, só os hotéis é que tinham utilidade turística, e eram só alguns. Era um processo tecnicamente muito complicado para se obter. Têm que ser de altíssima qualidade turística. Mas não todas as casas dentro de um empreendimento, no país inteiro. Nem a medida trouxe mais compradores, não se viu nada, os IMT não subiram. Só serviu para dar cabo das receitas próprias dos Municípios, que, sobretudo, apostaram no turismo residencial, não foram o único. Só do empreendimento do Bom Sucesso as Finanças enviaram documentação, em que a partir de dois mil e catorze são meio milhão. Só dos imóveis que estão avaliados no Bom Sucesso. Ninguém fez aqui uma análise sobre a capacidade de aumento, a partir da nova aplicação a todos os imóveis do IMI. Não vai ser tudo mau. Lançaram muitas promessas e muitas iniciativas, antes de alguns membros do governo lhes cortarem receitas que já deviam ter entrado no Município de Óbidos há muito tempo. Como é que iam adivinhar, que medidas como estas iam acontecer. Pelas suas contas, em dois mil e sete, em dois mil e treze teriam a receber nos dois dígitos de IMI. Mas há coisas que não controla, nem as decisões dos Ministros das Finanças, nem o que acontece na economia internacional. Gostava de ver, com uma equipa diferente, como é que estariam. Ou digam que há uma gestão melhor. Em vez de ser o Município a demonstrar onde é que é o per-capita que pediu, porque acha que é delicioso fazerem esse exercício, gostava que fizesse o contrário. Diga, sem ser as Caldas da Rainha, qual é que é o seu referencial autárquico. Gostava de saber para poder prender, isto sem nenhum tipo de ironia. Se há coisa que gosta é de aprender. Agora, ficar no ar este anátema e ficar a pairar, vai ser só trovoada. Não sabe como é que consegue ter para olhar para isto.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que os dados técnicos são conhecidos. Houve aqui um aspeto que foi dito pelo Senhor Deputado Luís Carvalho, da bancada parlamentar do PS, quando fez uma alusão aos orçamentos enormes dos quarenta e três milhões de euros. Quer que isto fique claro. Fizeram-no intencionalmente, com grande sentido de responsabilidade. E com o sentido de que era ali o momento que tinham que garantir grande parte dos investimentos a partir dos fundos comunitários. O Senhor Presidente da Câmara terminou a sua intervenção dizendo que gostava de ver, ou que lhe dissessem outra Câmara no país, ou outro Executivo aqui, como é que era. Seguindo o raciocínio do Senhor Presidente da Câmara estava a pensar que se fosse o PS que estivesse aqui, o que é que aconteceria. Vê o Senhor Deputado, na sua intervenção, parado no tempo, em dois mil e nove e ainda a invocar os quarenta e três milhões. Isso significaria, se o Senhor Deputado, ou o PS aqui estivesse, que teriam gorado, ou mandado para a rua todos os investimentos que fizeram, nestes complexos escolares. Não basta dizer que se apoia a construção dos edifícios dos complexos escolares, é preciso ser consequente. Os Senhores não teriam complexos escolares, não teriam esse atrevimento. Na vossa cabeça é um atrevimento, na nossa foi o sentido de responsabilidade, o sentido de compromisso, o sentido de garante do futuro para os concidadãos. Foi um sinal de inteiro respeito pelo eleitorado. Não enganam ninguém. Achava que não era possível o Senhor Deputado pedir satisfações, em particular, de duas coisas, que sempre lutaram e vão continuar a lutar. Não metem essas coisas na gaveta, nomeadamente, a rede de rega. O Senhor estava do lado de lá, quando discutiram as compensações da Ota, e ele estava do lado de cá. O Senhor Deputado, que hoje critica o facto de o Município não ter executado ainda a rede de rega, apesar de saber que isso é uma responsabilidade da Administração Central, nunca disse que se precisasse de ajuda, estaria lá para ajudar. Não. Teve total silêncio, total ausência de ajuda da parte do Senhor Deputado. Era sua obrigação, enquanto membro da Assembleia Municipal, ajudar o Concelho. Não ficando satisfeito com isso, o Senhor Deputado ainda invoca uma outra coisa, que é preciso ter estofos. De alguma maneira, responsabiliza este Executivo por não fazer o parque florestal, quando os Senhores, de alguma maneira, procuram contribuir para não aprovar este parque florestal. Porque quando veio a esta Assembleia Municipal a alteração ao PDM, os Senhores quiseram adiar essa decisão. E adiar essa decisão significa adiar no tempo a possibilidade de, eventualmente dar corpo a um velho sonho. Pode criticar por terem sonhos e por quererem dar mais aos concidadãos. O que não pode é fazer críticas levianas, com falta de rigor sobre questões que são muito claras. O Senhor Deputado invocou, por exemplo, a questão do défice, do resultado líquido do exercício, procurou enfatizar um bocadinho esse caminho. Acha que o povo tem

duas coisas, é justo e inteligente. Ao contrário daquilo que diz o Senhor Presidente da Câmara, se bem que custa ouvir, quanto mais descredibilizarem as contas, mais força lhes darão. Aí está completamente tranquilo. O Senhor Deputado nem com o tempo aprende. Estão o Senhor Deputado vem-lhe propor, a si, à Câmara e aos serviços para fazer um exercício de rácios da dívida per-capita. Acha que ia fazer isso e não ia comparar, também, os rácios do investimento per-capita. Ou têm que fazer só uma clivagem daquilo que interessa ao PS. Têm isso. Em termos de investimento per-capita, no ranking nacional, de acessos a financiamentos europeus, estão em quarto lugar. O Senhor Deputado tem como referência as Caldas da Rainha. O Município de Óbidos nunca teve que fechar piscinas, construir piscinas e deixá-las, depois, às moscas. Nunca tiveram que fazer isso. Acha que é deselegante, para não dizer falta de respeito institucional, olhar para indicadores de liquidez geral de solubilidade, de autonomia financeira, de cobertura do ativo, isto é, têm uma cobertura do ativo de trezentos e cinquenta e sete por cento, significa que tinham capacidade de se endividar muito mais, cerca de três vezes e meia mais, e não falaram disso. Pelo contrário. Depois cometeu também esta deselegância, ou falta de respeito institucional, com a questão do endividamento. Os Senhores quando deixaram o país, deixaram-no com um endividamento na ordem dos cento e vinte. A Senhora Deputada falou como doméstica, agora vai-lhe responder como doméstico. Isto significava que por cada cem euros que a Senhora recebia, a sua dívida gastava noventa, dá trinta de borla. Na situação particular do Município, por cada cem, retêm vinte e oito euros para pagar dívida. O somatório da dívida de curto prazo, com a de médio e longo prazo, reduziu, em relação ao ano passado, um, vírgula, seis milhões de euros, sem recurso a financiamentos do PAEL. Reduziram um, vírgula, oito milhões de euros, o stock da dívida de curto prazo. O peso da dívida de médio e longo prazo é de cinco por cento. Não percebe porque os irrita, mas talvez, daqui a uns meses, perceba.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a referência do PS não é as Caldas da Rainha. Mas, pelos vistos, para o PSD distrital, é as Caldas da Rainha.-----

---O Senhor Deputado José Oliveira disse que nenhum Deputado chegou a ver as contas como deve ser. Nem viram que o resultado está ali, não inflacionado, mas deflacionado das amortizações que existiam. O resultado do Município é negativo dois milhões, vírgula, novecentos e vinte e dois, mas é preciso perceber que nesse resultado existem amortizações de património que foi colocado, e bem, que já o ano passado existia e estava inflacionado, que criou um kashflow, o ano passado, enormíssimo, e que este ano não é rigorosamente igual. É um kashflow negativo de apenas duzentos e cinquenta e poucos mil euros. Isso é que é aquilo que fica das contas aqui colocadas e postas à votação.-----

---Como não houve mais intervenções, foi o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de dois mil e doze, posto à votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor e sete votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE – **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DOZE, DA ÓBIDOS CRIATIVA, E.M., PARA CONHECIMENTO**: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número dois mil duzentos e vinte e sete, de dezanove de abril do corrente ano, remetendo, para conhecimento, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de dois mil e doze, da Óbidos Criativa, E.M..-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho leu o documento que a seguir se transcreve: “Contas da Empresa Municipal 2012 – As contas apresentadas pelo Sector Empresarial Local do Município de Óbidos apresentam 3 boas notícias. A primeira é a de que finalmente existe apenas uma empresa municipal em Óbidos. Durante anos e anos o PS e esta bancada bateram-se por uma gestão mais rigorosa das empresas municipais propondo a sua fusão, o que só veio a acontecer em 2011. Acreditamos pois que alguns dos elogios que são feitos a uma mais sustentada gestão desta empresa municipal se ficam a dever à fusão das empresas municipais, algo que o PS sempre defendeu. A segunda boa notícia é a de que a Empresa Municipal apresenta um quadro diversificado de iniciativas que não tendo a espetacularidade mediática de outras, revelam uma estratégia sustentada da sua atividade, designadamente envolvendo jovens e idosos. A terceira boa notícia é a de que a empresa, ciente da situação de fragilidade em que se encontra a operar, faz um esforço que consideramos sério e real de diminuição de custos correntes. No entanto os números apresentados revelam aspetos que consideramos negativos e que passamos a expor. Desde logo a empresa municipal recebeu cerca de 500 mil euros do Município, valor fundamental para que a empresa apresente resultados positivos. Sem esse valor a empresa municipal apresentaria prejuízos avultados que inviabilizavam a sua manutenção. Está por fazer a contabilidade de quanto custou ao município, ao longo destes muitos anos, as empresas municipais criadas pelo PSD, bem como o facto de terem sido usadas como veículo de endividamento municipal. A empresa municipal apresenta hoje um passivo de 1 768 000

euros. É preocupante que em 2012 as transferências financeiras da Câmara para a empresa municipal tenham aumentado em relação a 2011 e as receitas da empresa municipal provenientes das vendas e prestações de serviços, incluindo os eventos, terem diminuído cerca de 22%. Ou seja cabe à Câmara Municipal e ao seu orçamento o financiamento da diminuição de receitas obtidas pela empresa municipal. Há um desvio colossal nas “vendas” de 84% em relação ao orçamento, e uma diminuição de receita por essa via em relação a 2011 de cerca de 60%. Estes valores não podem ser ignorados. É significativo que no mesmo ano em que a empresa municipal vê reforçado o seu subsídio da Câmara é o mesmo em que deixa de ter responsabilidades de gestão ao nível das piscinas municipais e não organiza um dos mais relevantes e dispendiosos eventos culturais, o Festival de Ópera, que afinal, ao contrário do que diz o seu site na internet, “não voltou em 2012”. Uma referência final ao facto de, pela primeira vez, a Empresa Municipal e a sua Administração reconhecerem que os objetivos da venda de lotes do Parque Tecnológico “não foram atingidos”. O PS não fica satisfeito com esta notícia, deseja que o Parque Tecnológico, como todos os projetos camarários tenham sucesso em benefício das populações que todos servimos, mas realça, finalmente, a seriedade e a objetividade com que isso fica assumido, esperando que tal não signifique um futuro negro para esse grande projeto da maioria PSD. Para esclarecimento desta bancada uma pergunta que se prende com a necessidade de se perceber melhor o que se refere no Quadro I da página 31 por “imparidade de dívidas a receber” e “outros gastos e perdas”, totalizando cerca de 390 000 euros.”-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que é uma situação incómoda estar a responder, duas horas depois, a uma intervenção escrita que aqui foi feita sobre um ponto da ordem de trabalhos, que afinal não era naquele ponto, era noutro. Dado o facto de ter sido a intervenção feita por quem a fez, levamos sempre a dúvida se não foi uma técnica, ou se não foi uma técnica para a resposta vir duas horas depois, quando já está fora do contexto. De qualquer modo a questão que aqui foi posta, relativamente à Óbidos Criativa assenta num discurso que confunde lógicas empresariais, lógicas de serviços públicos e feitos em termos de começaram assim. Há três coisas que são boas: é bom terem-se fundido as duas empresas municipais, é bom que tenham diminuído as despesas correntes, é bom que se tenham ligado os velhos e os novos. Depois, um colossal desvio. Depois uma tragédia. Depois um desastre. No meio daquilo tudo, também, foi posto a palavra resgate para acabar com a história do Parque Tecnológico, que era, também, um enorme desastre. A questão das contas e da atividade, as contas refletem a atividade da Óbidos Criativa. Seria bom ter em conta o seguinte. A Óbidos Criativa resulta da fusão, como é óbvio, da Óbidos Patrimonium com a Óbidos Requalifica tem uma atividade que agora acrescentou o Parque Tecnológico, mas tem uma atividade que tem duas lógicas diferenciadas, em áreas também elas diferenciadas. Tem uma lógica que se aproxima da lógica empresarial, nos eventos, nos grandes eventos, no caso do chocolate, no caso da feira medieval, no caso da vila natal. Tem uma lógica de serviço público, no apoio que dá a iniciativas avulsas, de animação na vila e fora dela. Basta olhar para o relatório de atividades, no relatório e contas, para as atividades que apoiou. É impressionante esse apoio. É uma lógica que não é empresarial, é de serviço público e é de gasto. Não há semana em que não haja várias iniciativas apoiadas pela Óbidos Criativa, seja um workshop aqui, seja um seminário ali, seja os artesãos que fizeram isto, ou aquilo. Têm essa lógica, que se aproxima da lógica empresarial nos grandes eventos. Apenas nesse ponto, em cinco áreas de atividade, que a Óbidos Criativa desenvolve. A segunda foi o eixo de apoio a iniciativas avulsas de animação. A terceira é a rede de serviço público dos museus e das galerias. Aqui também é a lógica de puro serviço público. É uma lógica, portanto, de gasto, e custo, sem receitas que, de longe, ou de perto, curam a sua atividade, nem é essa a finalidade das receitas do serviço dos museus e das galerias. Desenvolve, também, uma atividade de apoio a outros eventos, que não são organizados pela Óbidos Criativa, não é os grandes eventos, é, também, uma lógica de serviço público, uma lógica de gasto, seja na semana santa, seja nos maios, seja em outras que esse apoio é, efetivamente, dado. Afinal são seis. Acrescenta-se ainda o Parque Tecnológico àqueles que já tinha. Relativamente àqueles que já tinha, a que queria pôr em quinto lugar, é o apoio às iniciativas das associações do Concelho e no parque tecnológico, também. Tirando que se pode discutir a questão do Parque Tecnológico, se é uma lógica de puro serviço público, se, também, tem uma lógica empresarial. Tirando essas duas lógicas, a do Parque Tecnológico, que é híbrida, e das grandes feiras, que é mais empresarial, do que outra coisa, grande parte da sua atividade centra-se numa lógica de puro serviço público. Portanto, uma lógica de gasto, sem receitas. O que é extraordinário verificarem na atividade da Óbidos Criativa, é que com dois milhões e pouco mais de euros que gastou, consegue ter esta atividade toda, nestas seis áreas, em que ela é exercida. Com muito pouco, como é que é isto possível. Como é que é possível que neste pouco, o compromisso do

Município seja de cerca de quatrocentos e tal mil euros. No exercício de dois mil e doze, a Óbidos Criativa abateu quinhentos mil euros ao seu passivo, ou seja, a transferência da Câmara teve um efeito nulo na receita corrente. Foi inteiramente aplicado em abater passivo, ou seja, a Óbidos Criativa consegue apenas com as receitas das feiras, fazer atividades de puro serviço público, em todas aquelas áreas que acabaram de referenciar. E consegue fazê-lo com dois milhões e poucos euros. Não é a história só das feiras, e a história dos museus, é a história das galerias, é a história do apoio às iniciativas culturais, é o apoio ao turismo, é o apoio a iniciativas extraordinárias de eventos sem grande dimensão das feiras e das grandes feiras, e não organizadas por ela e é, ainda, o parque tecnológico, e é, ainda, o apoio às associações do Concelho. Fazer tudo o que é feito, com tão pouco, impressiona. E impressiona muito. A isto há que acrescer, e só é possível que assim seja, porque é uma política que tem vindo a ser desenvolvida de parcerias com entidades privadas, ou seja, parcerias deste tipo. As entidades privadas entram com serviço e entram com bens, a custo zero para o Município. As contrapartidas que o Município dá, são de viabilidade e outras. Esta lógica, que é uma lógica criativa, e criativa no momento em que essas criatividades, e é preciso tê-las e desenvolve-las, não estão contabilizadas contabilisticamente. Olhem para as contas, e a promoção das feiras e a promoção destes eventos, é caríssimo, na comunicação social. Não está lá um centavo que seja em custos desses, exatamente, por força dessas parcerias feitas com os média, a começar pelas televisões. Isso tem um impacto, em termos de qualificação, que não contabilisticamente posta, que ultrapassa, de largo, um milhão e meio de euros. As parcerias que faz com empresas privadas, em que há, no fundo, aquisição gratuita de bens e serviços, que também não estão contabilizados nas contas, não estão lá postas, ultrapassa um milhão de euros, ou seja, têm, além da contabilidade das receitas expressa em termos onerosos e postas na contabilidade, tem outro tanto de receitas não contabilizadas, por conta destas parcerias, a custo zero, que a Óbidos Criativa, tem feito. É só por essa capacidade de multiplicação dos bens que a atividade que faz, é aquela que tem, e é muita. Ignorar essa realidade é mau, porque ela é patente, ela é visível, ela é ostensiva, e só não vê quem não quer. O exercício que aqui foi feito foi, está bem, diminuíram as despesas correntes, mas têm um colossal desvio, para menos, das receitas. Impressionante, como é que é possível, manter a mesma atividade, manter os mesmos eventos, manter o mesmo apoio a serviços e atividades de mero serviço público, com muito menos dinheiro. Manteve-se integralmente a atividade, manteve-se integralmente os apoios que eram feitos, manteve-se integralmente o serviço público que é prestado, com muito menos receita e com muito menos despesa. Este exercício feito pela Administração da Óbidos Criativa para prestar um serviço de grande qualidade, de grande quantidade, sem diminuir, nem num aspeto, nem noutro, a um custo ainda inferior, a um custo ainda mais baixo, é um exercício difícilíssimo, que foi conseguido. Por vezes consegue-se fazer a realização do absurdo e nestes casos, como o caso da Óbidos Criativa, isso foi feito. É motivo e grande orgulho e de grande satisfação, ver os quatrocentos e tal mil euros que a Câmara lá põe, que deveriam servir para custear as atividades de mero serviço público, que a Óbidos Criativa faz, e mesmo assim era muito pouco para essas atividades de puro serviço público que a Óbidos Criativa prossegue, tem um efeito contabilístico zero. O dinheiro que entrou não foi para financiar a atividade, foi para abater o passivo. A somar a isto, a Óbidos Criativa nunca teve um cêntimo de prejuízo, nunca apresentou prejuízo. A Óbidos Criativa é um património, e é um património criativo. Isto conseguiu-se, está feito, e só lhes pode dar razões de alegria, orgulho e satisfação. Não fosse o caso da Assembleia Municipal se pronunciar sobre as contas da Óbidos Criativa, apenas para efeito de apreciação e como não se trata de uma apreciação deliberativa, é uma apreciação mais de conhecimento que outra, não pode apresentar um voto de congratulação à Administração da Óbidos Criativa, pela forma como conduziu a empresa, neste exercício, e um voo de louvor ao Senhor José Parreira e ao seu executivo, pelo dinamismo, pela capacidade de execução, de equilíbrio orçamental e de resultados que apresenta. Infelizmente não pode propor este voto de congratulação e de louvor, porque este ponto não é deliberativo, porque se não tê-lo-ia feito e fá-lo-ia com muito agrado-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO OITO – **INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO**: - Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – **PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: - Foi dada a palavra aos Municípes presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas duas horas, do dia trinta de abril do corrente ano. E eu, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta ata que vou assinar.-----